ACTA N.º 1/2008

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2008

Aos vinte e oito dias do mês de Fevereiro, de dois mil e oito, na sede da Junta de Freguesia de Colmeias, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Leiria.

Dos cinquenta e nove membros que a compõem, faltaram os seguintes deputados: José Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia da Memória, António Febra Presidente da Junta de Freguesia de Maceira e Rui Ferreira Presidente da Junta de Freguesia da Boa Vista.

Os senhores deputados Carlos André, Ana Cristina Branco, Paulo Reis, Carlos Gomes Luso, José Augusto Esteves, Leonel Costa, Ana Elisa Santos e Walter Santos, fizeram-se substituir nos termos do n.º 1 do artigo 30º do Regimento, pelos cidadãos imediatamente a seguir na lista de candidatura respectivamente por: António Fernandes, Manuel Gaspar, João Curado e Silva, Nuno Santo, Carlos Guerra Coelho, Céline Pinheiro, Manuel da Conceição Batista e Armando Cardoso.

Por parte da Câmara Municipal, estiveram presentes: a senhora Presidente, Dr.ª Isabel Damasceno Campos e os senhores Vereadores: Dr. Raul Castro, Dr. Vítor Lourenço, Eng.º Fernando Carvalho, Dr.ª Neusa Magalhães e Eng.º Carlos Martins.

A sessão foi presidida, até apreciação do ponto n.º 1, pelo senhor Manuel de Jesus Antunes, Presidente da Assembleia Municipal, e secretariada pelas senhoras deputadas: Maria de Fátima Sismeiro e Sílvia Lopes, 1º e 2º Secretários da Mesa respectivamente.

Havendo quórum, foi pelo senhor Presidente declarada aberta a sessão, eram 21.05 horas, com a seguinte **ORDEM DO DIA:**

1. APRECIAÇÃO DO RELATÓRIO DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO, nos termos da alínea e), do n.º 1, do artigo 53º da Lei n.º 169/99, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01;

2. ACTUALIZAÇÃO DAS TAXAS MUNICIPAIS PARA O ANO DE 2008 – Apreciação, discussão e votação;

3. ALTERAÇÃO AO OBJECTO DE PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA JUNTA DE FREGUESIA DE CORTES – Apreciação, discussão e votação;

4. TRANSFORMAÇÃO DA EMPRESA "LEIRISPORT-DESPORTO, LAZER E TURISMO DE LEIRIA, EM" NUMA SOCIEDADE ANÓNIMA DE CAPITAIS EXCLUSIVAMENTE PÚBLICOS DE ÂMBITO MUNICIPAL E APROVAÇÃO DOS RESPECTIVOS ESTATUTOS DE FORMA A ADEQUÁ-LOS AO NOVO REGIME JURÍDICO DO SECTOR EMPRESARIAL LOCAL EM VIGOR – Apreciação, discussão e votação;

5. CONTRATO-PROGRAMA E DE GESTÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE LEIRIA E A LEIRISPORT, EM – Apreciação, discussão e votação;

❖

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito boa noite a todos!

Como colmeense, porque sou natural da Freguesia de Colmeias embora agora a terra da minha naturalidade não pertença a esta freguesia, é com uma certa emoção que eu trago a Assembleia para esta terra. Como sabem, foi promessa no momento de tomarmos posse, fazer a Assembleia uma vez por ano numa das freguesias do concelho. Fizemo-la já anteriormente noutras duas freguesias e também devo informar, que tinha escolhido a Maceira para fazer esta reunião, simplesmente, o senhor Presidente da Junta da Freguesia da Maceira por motivos de saúde não podia estar presente e isso também de acordo com ele, invalidava a realização da Assembleia lá, porque não fazia sentido fazê-la na Maceira sem a presença do Presidente de Junta da Freguesia.

O segundo ponto que eu queria referir, é que os dois secretários da Mesa, comunicaram oportunamente a sua impossibilidade de estarem presentes nesta reunião. Eu falei com os responsáveis das várias bancadas, e eles estiveram de acordo com o plano que eu vou sugerir. Naturalmente que se alguém estiver em desacordo, manifestá-lo-á.

O Regimento diz, que no caso da ausência da totalidade, ou da maioria dos membros da Mesa, uma nova Mesa será eleita por voto secreto. Eu tomei a iniciativa de convidar a senhora deputada Sílvia Lopes para o cargo de 2º secretário, de acordo com a indicação da bancada do Partido Socialista, e a

senhora deputada Fátima Sismeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Colmeias, para o cargo de 1º secretário pelos motivos óbvios.

Alguém se opõe a esta metodologia? Não!

O terceiro ponto e de carácter pessoal é que eu tenho um assunto de carácter urgente profissional para uma intervenção esta noite, que não pode ser adiada mais do que eu já adiei, porque inclui equipas de Espanha e portanto tem que ser feita.

Eu gostaria de estar presente pelo menos no ponto principal da agenda do dia e por isso, com a anuência do líder da bancada socialista, eu sugeri a alteração à ordem de trabalhos em vários pontos, a saber:

A primeira alteração é passar o período de "Antes da Ordem do Dia" para o fim e iniciar os trabalhos com o período da "Ordem do Dia". Depois, era a alteração propriamente dita à ordem dos vários pontos agendados, ou seja, começando pelo ponto nº 5 que, salvo melhor opinião, nos levará mais tempo de discussão e apreciação.

Para além do líder da bancada socialista falei também com os restantes líderes e todos eles manifestaram o seu acordo às alterações que eu propus e que introduzi. Portanto, antes de entrarmos no período da Ordem do Dia, vamos apreciar e votar a acta da sessão ordinária de 20 de Dezembro 2007.

Pergunto se alguém pretende sugerir alguma alteração ou aditamento à acta?

Não havendo ponho à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém? Uma abstenção.

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria com uma abstenção, aprovar a acta da sessão ordinária de 20 de Dezembro de 2007.

Eu vou-me abster de ler a correspondência, mas vou dar conta dos deputados ausentes nesta sessão: O 1º secretário Paulo Reis é substituído pelo senhor João Curado e Silva, depois o 2o secretário Ana Cristina Branco, é substituída pelo senhor Manuel Carreira Gaspar, o deputado Carlos André é substituído pelo senhor António Fernandes, o deputado Carlos Gomes Luso é substituído pelo senhor Nuno Santo, o senhor deputado José Augusto Esteves que é substituído pelo senhor Carlos Guerra Coelho, o deputado Leonel Costa é substituído pela senhora Céline Pinheiro, a deputada Ana Elisa Santos que é substituída pelo

senhor Manuel da Conceição Batista, e finalmente o deputado Walter Miranda Santos, é substituído pelo senhor Armando Vieira Cardoso.

São estes os pedidos de justificação de falta a esta sessão e consideram-se justificadas as ausências. Vamos então entrar no período da Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Como há pouco informei, vamos começar pelo ponto n.º 5.

5. CONTRATO-PROGRAMA E DE GESTÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE LEIRIA E A LEIRISPORT, EM – APRECIAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO;

Estão abertas as inscrições!

Entretanto a senhora Presidente da Câmara vai fazer uma breve introdução do ponto. Faça favor!

PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.ª ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Muito boa noite senhor Presidente, boa noite a todos. Queria cumprimentar especialmente a senhora Presidente da Junta da Freguesia das Colmeias e agradecer-lhe o excelente acolhimento com que nos presenteou a todos, aqui nesta Freguesia.

Relativamente a este ponto, eu queria apenas fazer um pequeno enquadramento. Dizer que, surgiu em 29 de Dezembro de 2006 um nova legislação que é a Lei n.º 53-F/2006, que tem todos os trâmites legais que servem de suporte à existência das empresas municipais. Na sequência disso e de acordo com o clausulado desta Lei, tornou-se obrigatório haver contratos-programa entre as empresas municipais e as Câmaras, no sentido de serem suportados todos os encargos e todos os custos que essas empresas têm e que a Câmara tem naturalmente que suportar, atendendo a que a Câmara neste caso, é exclusivo accionista.

Nessa sequência, este contrato-programa que é celebrado e que é aqui proposto, entre a Leirisport e o Município de Leiria, é um contrato-programa que tem que vir a esta Assembleia pela simples razão de que tem repercussões nos outros mandatos. E como é sabido, a nova Lei da Finanças Locais exige que quando há

qualquer assumpção de responsabilidades financeiras que têm efeitos práticos em próximos mandatos é obrigatório a Assembleia Municipal pronunciar-se. E daí o facto de este assunto ter sido agendado.

Trata-se de um contrato-programa que estabelece o relacionamento entre a Câmara Municipal e a Leirisport, de acordo com estas regras que eu acabei de referir e é isso que efectivamente é aqui posto à discussão e votação.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhora Presidente.

Quem quer usar da palavra?

Faça favor senhor deputado Joaquim Marques.

DEPUTADO JOAQUIM MARQUES (PSD)

Joaquim Marques, PSD.

Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia, Excelentíssima senhora Presidente da Câmara, Excelentíssimos senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados.

Dado que se procedeu aqui a uma alteração da Ordem de Trabalhos, eu peço desculpa mas são só dois ou três pontos que irei focar e que abrangem o ponto n.º 4 e 5.

Como estamos num Pais livre e democrático, a minha consciência diz-me que os Estatutos que estão a ser submetidos à apreciação desta Assembleia para aprovação e estão a ser dados poderes à Leirisport, como adquirir, alienar, onerar direitos ou bens móveis e imóveis, os quais eu não concordo. Por outro lado no ponto n.º 5, e estamos a aprovar o contrato-programa, onde a Câmara autoriza a Leirisport a contrair hipoteca sobre o direito de superfície, incluindo o terreno e edifício do Estádio. Por estas razões, vou votar contra os pontos n.º 4 e 5.

Mais informo esta Assembleia que hoje dei conhecimento à Comissão Política do PSD desta minha posição. Tenho dito!

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Tem a palavra o senhor deputado Luís Pinto.

DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)

Luís Pinto, Partido Socialista.

Naturalmente a intervenção do Partido Socialista a exemplo do que aconteceu no Município, não tem tanto a ver com o conteúdo do contrato-programa que nos está a ser proposto, mas sim em termos do princípio político. É entendimento do Partido Socialista que esta empresa municipal necessitava de ter um amplo debate público e de ser repensada toda a sua intervenção no sentido de identificar os leirienses com a necessidade da sua existência e com a oportunidade da sua continuidade, e é por esse motivo político que o Partido Socialista mais uma vez, vota contra este tipo de propostas, continuando a sugerir e a apelar, fazia sentido criarmos nesta Assembleia, noutros fóruns, a oportunidade de repensarmos politicamente o futuro desta empresa municipal, se faz sentido, de que forma e como é que toda a gestão do parque desportivo no nosso concelho (porque não se trata aqui só do Estádio mas de todas as infra-estruturas desportivas) deverá ser feita no futuro.

Esse debate nunca foi feito, e, julgamos por isso mesmo que a população está tão distante da Leirisport e do Estádio e de tudo isto que se criou a partir da ideia do Euro 2004 e que infelizmente continuamos a marcar passo. Daí que, o Partido Socialista votará contra este ponto.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Tem agora a palavra o senhor deputado Vitorino Pereira.

DEPUTADO VITORINO PEREIRA (BE)

Vitorino Vieira Pereira, Bloco de Esquerda.

Boa noite a todos!

Na nossa opinião, a maioria das empresas municipais não tem razão de existir. São empresas essencialmente despesistas, e autênticos sorvedouros de dinheiros públicos. A maioria sobrevive com os escandalosos subsídios que a Câmara transfere, são empresas instrumentalizadas pelos executivos camarários, têm um funcionamento pouco transparente, são base/complemento salarial de muitos autarcas, servem para fazer acordos entre partidos para o "normal" funcionamento do executivo camarário, estão fora de controle das assembleias municipais e em parte do Tribunal de Contas.

A Leirisport é um exemplo frisante do que acabamos de anunciar. O seu nascimento foi em Abril de 2001 e iniciou a sua actividade em Maio de 2001, tem capitais exclusivamente camarários, tem cerca de oitenta funcionários.

Com menos de um ano de vida, já entregava a adjudicação da empreitada da obra do Estádio não ao concorrente mais bem colocado, o consorcio Engil/Soares da Costa que apresentou a melhor proposta financeira, mas sim ao consórcio da Construtora do Lena, que pura e simplesmente ficara em quarto lugar no concurso efectuado.

Tal adjudicação, deu origem a uma espiral de aumentos de custo de obra perfeitamente inacreditáveis, e a um relatório do Tribunal de Contas que, no mínimo podemos dizer, nos envergonhou a todos nós, cidadãos do Concelho. Seguiu-se também, um endividamento camarário de mais de setenta milhões de euros, o que leva a que a Câmara ficasse fortemente manietada durante mais de vinte anos, sem possibilidade de efectuar quaisquer investimentos importantes ou que, em desespero, se alienem bens essenciais a empresas privadas para arranjar "algum dinheiro", veja-se por exemplo o que passa com o mega concurso para o centro comercial, para já não falar dos escandalosos acordos com a SAD do União de Leiria, que originaram mais um desprestigioso acórdão do Tribunal de Contas, em que expressamente se falava do contrato que prejudicava fortemente os interesses da autarquia a favor do interesse privado.

Nem falaremos do aluguer do gerador efectuado com o Grupo Lena, em valor superior a um milhão de euros e que esta Assembleia face ao relatório apresentado, decidiu enviar para os Serviços do Ministério Público. Nem falaremos da ida dos sete magníficos, à custa dos dinheiros camarários, ao Estádio de Hamburgo, nem falaremos dos vencimentos dos membros do Conselho de Administração que também conforme o relatório do Tribunal de Contas, recebiam ordenados e subsídios e prémios que ascendiam em muito ao permitido por Lei.

A Leirisport é uma empresa que deve ser extinta de imediato. A gestão de equipamentos que faz ou devia fazer, está fortemente dependente do dinheiro público e tem elevados custos com o Pessoal e fraquíssimas possibilidades de gerar receitas próprias. Vamos mantê-la para quê? Para nos envergonhar ainda mais?

A Leirisport custa-nos diariamente mais de três mil euros (mais de seiscentos contos), é o seu prejuízo diário.

O acordo de dívida que se faz, é transformar uma dívida de curto prazo para uma dívida a médio e longo prazo. É a hipoteca do nosso futuro e o contrato de gestão que temos de votar hoje espelha perfeitamente o que disse.

Por isso, votamos contra em nome da nossa dignidade como cidadãos e propomos a extinção com a máxima brevidade da Leirisport, que serve interesses que não o dos munícipes de Leiria. Tenho dito.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Tem agora a palavra o senhor deputado Domingos Carvalho.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)

Boa noite!

Domingos Carvalho, CDS/Partido Popular.

Começo por cumprimentar todos os presentes, em particular a senhora Presidente de Junta de Colmeias, agradecendo-lhe a amabilidade da recepção que nos proporcionou, nos seus diversos âmbitos. Muito obrigado.

Eu estou aqui com um problema de consciência, começa a ser hábito nestas coisas, porque eu fui uma das pessoas que me empenhei em determinado momento, na consecução de um acordo de governabilidade para o Concelho de Leiria, que passasse pelo entendimento entre o CDS/Partido Popular e o PSD.

Como pode ser de vosso fácil entendimento, a data desta deliberação é de 19/02/2008, o que leva a que eu tenha sido surpreendido com todo este postulado que aqui está expresso, e surpreendido no sentido de que as dúvidas que eu tenho sobre muitas das coisas que aqui estão, espero que os meus amigos partilhem. E quero dizer-vos, que a única coisa óbvia ou seja, ao contrário do que disse o meu amigo Vitorino Pereira, a única coisa evidentemente óbvia que aqui é proposta é uma medida de gestão tão racional que me confrange pensar como é que pode ter sido há quatro anos atrás, tomada uma no sentido da contracção do empréstimo de vinte milhões de euros a curto prazo. Isto é uma coisa inenarrável. Não há forma de poder entender, alguém que tenha alguma vez olhado para uma página de um qualquer manual de gestão ou de economia, diz “isto não pode ser”. De tal forma que estamos agora

confrontados com esta situação. Mas o fazer a transformação deste empréstimo num empréstimo de longo prazo, parece-me face à exiguidade das receitas, algo que é óbvio. O que temos que analisar é, quem tem a obrigação de o pensar, quais são as consequências que daí advêm e como é que o fazemos.

Eu na verdade, porque não fui informado, não tive oportunidade de o verificar e há aqui coisas com as quais eu obviamente não posso concordar, e peço desculpa também de fazer aqui uma pequena nota sobre o ponto n.º 4, porque os estatutos permitem a abertura do capital a privados, o que em si mesmo não é um mal antes pelo contrário, o que me parece que se transforma num mal é exactamente neste contrato-programa que nós agora estamos aqui a votar.

Este contrato-programa é algo espantoso, tem alguns pontos que eu não consigo entender, mas seguramente têm alguma razoabilidade, não discuto isso, não tenho qualquer dúvida que terão mas, no parágrafo 2.1, alínea d), é referido que "o *Município se obriga perante a Leirisport, a realizar as transferências financeiras necessárias para assegurar o equilíbrio da exploração da Leirisport*". Para mim este ponto devia ter terminado aqui, ou seja, o Município face ao contrato que estava a estabelecer diz à Leirisport que "*Se na gestão que vão efectuar houver deficit nós fazemos transferências que permitam fazer o equilíbrio da gestão financeira*".

Curiosamente depois há um ponto 2.2. que diz " *Quaisquer mais-valias que decorram do processo de conclusão da edificação do Topo Norte, serão partilhadas com a Leirisport.*"

Eu peço-vos desculpa, nunca gosto de fazer processos de intenção mas como estamos a falar de uma coisa pública, estamos a falar das coisas que nos interessam a todos, eu tenho que vos contar uma pequena história que me aconteceu na altura da campanha eleitoral.

Em determinado momento, foi-me dito por alguém, língua viperina pensei eu, que o Dr. Paulo Rabaça estava a trabalhar para a Construtora do Lena. Eu, vou fazer cinquenta anos este ano, que me prezo de ser um homem de direita e às direitas, fiz uma coisa simples, peguei no telefone, liguei para um administrador da Construtora do Lena que conheço e perguntei se era verdade. Devo dizer que não fui maltratado tipo abaixo de cão, mas foram-me ditas coisas que eu nunca esperei ouvir, que era só inveja e que esta era uma cidade de gente muito má, gente terrível, tenebrosa, maldita, vejam bem se é possível uma coisa dessas, eis

senão quando há dias li no jornal que era verdade. E portanto, hoje em dia nós temos que começar a tomar alguns cuidados em relação a algumas coisas. Peço desculpa mas isto é uma coisa pública, veio nos jornais e acho que nós temos que nos preocupar com isto. Acontece que, eu não tenho nada contra a Construtora do Lena e dei este exemplo porque foi uma coisa que aconteceu, real, faço votos que existam muitas empresas dessa dimensão no nosso Concelho, que puxem por ele, quer permitam que ele se desenvolva, e que cresça, que o façam é de forma adequada, com contratos feitos com empresas geridas por gente competente. Isto é o mínimo que eu posso exigir.

Eu devo dizer-vos que face a esta questão, é aberta a possibilidade de haver privados a participar no capital, e eu não posso aceitar, que este contrato venha a servir de base para a participação de capital privado na Leirisport, porque é um contrato que não dá qualquer responsabilidade a não ser uma suposta responsabilidade de gestão.

Depois, há uma coisa que também terá que ser muito bem analisada, este contrato é determinado para nunca ter um período de vigência inferior a vinte e cinco anos. Foi-me dito que esta nota e eu tenho esta forma de ser, acho que as coisas são públicas, era uma exigência do banco que vai fazer o tal financiamento dos vinte milhões de euros.

Eu estimo (mas há aqui gente ligada à banca que com maior propriedade pode dar essa informação) que isto tenha a ver com o facto se houver um qualquer executivo camarário que entenda a extinção da Leirisport, obviamente teria a obrigação de fazer a assumpção do respectivo empréstimo. Presumo que daí surgiria nulidade porque entraríamos seguramente numa situação ou de esgotamento total (eu não sei qual é que é), ou de ultrapassar a capacidade de endividamento do Município. O que tornaria o contrato nulo de origem. Não sei se consegui explanar o que estava a dizer mas espero que sim, e portanto eu há uma coisa que não quero fazer:

Eu tive a oportunidade de avisar algumas vezes e algumas pessoas que estão aqui, que me parecia que sabia o que ia acontecer na construção do Estádio. Acho que fui claro naquilo que disse e parece-me que infelizmente tinha razão. Já está feito esse erro, há um erro que eu acho que não devemos fazer, é obrigar o Concelho (eu não sei quem é que vai ganhar as próximas eleições ou as outras, ou as outras), agora espero que as pessoas possam ter liberdade para tomar

decisões sem terem uma carga deste tipo às costas. Essa é uma questão que me parece realmente importante.

Há uma questão também que não posso deixar de passar em claro e expressar aqui:

A transformação deste empréstimo de curto prazo, de vinte milhões de euros (quatro milhões de contos) num empréstimo de longo prazo, a tal medida de gestão que qualquer empresa obviamente faria, este contrato de curto prazo foi subscrito por um senhor que ainda hoje é administrador desta empresa. E portanto, quero dizer que se nós aqui votarmos favoravelmente isto, estamos a dizer que esta subscrição deste contrato foi correcta, foi uma medida de gestão adequada. Eu obviamente, não posso dizer isso, e portanto não posso com o meu voto, fazer o branqueamento de uma medida de gestão que é inaceitável.

Por último sobre esta matéria, quero dizer que no ponto 2 do parágrafo 5º, é declarada uma situação, no caso deste contrato ser extinto, o Município compromete-se a pagar uma indemnização à Leirisport por enriquecimento sem causa do Município, correspondente ao valor total dos activos fixos não amortizados.

Meus caros amigos, eu acho que isto é uma coisa que nos temos que rir, no mínimo, porque esta questão do enriquecimento sem causa para o Município numa questão destas, parece-me que é realmente preocupante.

Face a esta alteração à ordem de trabalhos, eu tenho que fazer aqui uma nota (se o senhor Presidente me permitir) porque entra de uma determinada forma no meu arrazoado, que é o seguinte:

Nós à entrada aqui para esta Assembleia, recebemos um documento subscrito pela deputada Laura Esperança, sobre a questão da alteração à Lei Eleitoral e à questão da não participação das Juntas de Freguesia em determinado tipo de votações nas assembleias municipais. Eu quero fazer um pequeno comentário neste momento sobre isto, porque o Concelho de Leiria é um Concelho extremamente complicado nessa matéria, exactamente por uma razão muito simples, porque temos vinte e nove Freguesias, como tal temos uma Assembleia Municipal que é constituída por cinquenta e nove elementos, isto é, trinta eleitos mais vinte e nove Presidentes de Junta. E é em momentos deste tipo, que na verdade nós temos uma situação que, não sendo eu nem do PS nem do PSD, obviamente tenho que concordar com o pressuposto daquela Lei. É exactamente

em situações deste tipo que muitas vezes poder haver condicionamento do voto aos Presidentes de Junta. Num Concelho como a Marinha Grande não tem grande importância, é despiciente essa questão, aqui não é. E eu, não posso deixar de louvar que o legislador tenha tido preocupação com essa situação, e eu acredito e não tenho qualquer dúvida que acho que hoje aqui vai ficar inequívoca uma demonstração dos senhores Presidentes de Junta, que na verdade a Laura Esperança tem razão no documento que subscreve, e que os senhores Presidentes de Junta todos votam em consciência, aquilo que lhes parece que é o mais adequado e que nenhum deles vai votar porque pensa que pode haver algum interesse nesta votação. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Tem agora a palavra o senhor deputado Francisco Francisco.

DEPUTADO FRANCISCO FRANCISCO (CDS/PP)

Boa noite a todos!

Senhor Presidente, caros colegas, senhora Presidente da Câmara e senhora Presidente da Junta de Freguesia em particular.

Eu estou aqui um pouco constrangido porque quando entrei a primeira vez nesta Assembleia, há uns anos, foram-me mostrados os estatutos da Leirisport. E eu na altura disse que estes estatutos levavam a um estado que mais parecia as antigas sociedades que se faziam nuns Governos há dez anos, e que me constrangiam imenso. Eu neste momento sou confrontado outra vez com um processo que a mim me custa muito aceitar. O senhor deputado Domingos Carvalho já disse mais ou menos aquilo que eu tinha para dizer, não posso realmente votar a favor porque primeiro nós estamos a criar uma sociedade anónima, se repararem no preâmbulo e nele está escrito inequivocamente, permite que o capital seja aberto para já a outros municípios. Portanto, nada impede que futuramente os concelhos limítrofes possam entrar no capital da Leirisport e talvez ainda bem, quem sabe, para salvar a sociedade. Agora, não podemos esquecer que a Câmara de Leiria tem feito um esforço terrível e a senhora Presidente sabe bem, para suportar o custo da Leirisport. Isto quase nos mostra que vamos dar eventualmente, quase de mão beijada, a terceiros aquilo que tanto nos custa ou nos vai custar. Se virmos alguns elementos que estão

aqui, além daqueles que o senhor deputado Domingos Carvalho já viu "O Município compensará o montante da comparticipação se o equilíbrio financeiro não for atingido". O equilíbrio financeiro é uma questão de gestão, se eu tiver um filho a quem digo "anda à vontade que eu abasteço o carro", ele nem sequer olha para o conta-quilómetros. Portanto, eu acho que aqui se está a dar um pouco não diria irresponsabilidade, mas um pouco de leveza à administração da Leirisport, que assim não tem nada a perder. Se o equilíbrio não for atingido a Câmara repõe!

Há mais alguns dados aqui que realmente me preocupam e que conscientemente (não me leve a mal senhora Presidente) eu tenho que votar contra.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Tem agora a palavra o senhor deputado João Cunha.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

Boa noite.

João Cunha, PSD.

Em primeiro lugar cumprimentar a distinta Mesa, a senhora Presidente da Câmara, a senhora Presidente da Junta de Freguesia das Colmeias, que nos acolheu aqui de forma tão simpática e mais o seu elenco, cumprimentar também a excelentíssima vereação aqui presente, e cumprimentar naturalmente também todos os cidadãos que se encontram aqui nesta sala a acompanhar os trabalhos desta Assembleia Municipal. Tenho pena que um dos vereadores continue a querer estar no lugar do público em vez de estar no lugar que lhe está destinado, junto à vereação, o povo elegeu-o para estar efectivamente no seio da vereação, mas infelizmente continuamos a vê-lo no fundo da sala. Talvez isso tenha alguma explicação.

Mas aquilo que nos traz aqui hoje tem a ver neste caso concreto, com a simples questão deste contrato-promessa e de gestão, que foi apresentado pela senhora vereadora do Partido Popular, Eng.ª Isabel Gonçalves, que é a responsável pelo pelouro do Desporto.

Este contrato-programa visa responder a uma questão concreta e de fundo que é naturalmente a exequibilidade da gestão de uma sociedade, que é uma sociedade municipal e que precisa de ter os instrumentos necessários para levar

a cabo a sua tarefa. Esta é a única questão que está aqui em causa. Não há outra questão neste momento aqui em discussão.

Todo o histórico dessa sociedade pode e deve ser discutido. Tenho pena que ainda não tenha sido marcada especificamente uma Assembleia Municipal para discutir o histórico dessa sociedade. E portanto meus amigos, é preciso aqui de uma forma muito clara deixarmo-nos de sofismas e de trazermos para aqui processos de análise que têm a ver com passado e não nos centrarmos na questão fundamental que é a questão de votar a sociedade que é uma sociedade municipal e os mecanismos que lhe permitem executar as tarefas que lhe foram destinadas e que foram aprovadas.

Os instrumentos que estão aqui vertidos neste contrato-programa, são no meu entender instrumentos adequados para que essas funções possam ser exequíveis. Essa é que é a questão de fundo. Tudo o resto são processos que contêm determinado tipo de valores, que têm a ver com outras questões e não necessariamente com o documento que estamos aqui a apreciar. E portanto, sob esse ponto de vista, é preciso que de uma vez por todas as pessoas distingam estes planos e se pretendem fazer uma avaliação política da Leirisport, o que é perfeitamente legítimo, então que o façam.

O deputado do Bloco de Esquerda fez hoje aqui claramente uma definição política da sua posição, disse-o, “extinga-se a Leirisport”, é uma posição clara e objectiva. E é importante que as pessoas tenham a noção do que querem, se querem a extinção da Leirisport proponham a extinção da Leirisport, assumam politicamente essa responsabilidade, de dizer que a Leirisport não serve. Então proponha-se a sua extinção e vamos analisar essa questão de fundo e vamos tratar dela. Agora no momento concreto que estamos aqui a tratar de possibilitar a uma sociedade municipal os fundamentos para que possa exercer cabalmente as suas funções, estarmos aqui a misturar outras coisas isso é que não. Não é no meu entender honesto,do seu ponto de vista intelectual, estar a misturar coisas que não são misturáveis. Sob o seu ponto de vista técnico o documento está bem feito, sob o ponto de vista daquilo que é uma postura de sensatez, relativamente à questão financeira que aqui lhe está subjacente, o caminho é correcto, e quanto às garantias que lhe estão associadas, m relação a esta temática meus amigos, deixemo-nos cá de filosofias porque elas estão perfeitamente adequadas

àquilo que o mercado financeiro exige para operações deste género. Não tenhamos ilusões quanto a esta matéria.

E é isto meus amigos, que me leva a dizer que no meu entender, este contrato-programa deve merecer o nosso acolhimento. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Mais alguém pretende usar da palavra?

Faça favor senhor deputado José Manuel Silva.

DEPUTADO JOSÉ MANUEL SILVA (PS)

José Manuel Silva, Partido Socialista.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhora Presidente da Câmara, senhora Presidente da Junta de Freguesia de Colmeias, muito obrigado por nos receber aqui. Eu tive o cuidado hoje de manhã, de telefonar à senhora Presidente da Junta a agradecer o convite para visitar a Freguesia, mas foi-me impossível estar presente por razões profissionais. E foi por isso que não estive cá, com muita pena minha, apesar de conhecer relativamente bem as Colmeias. Senhores Vereadores, senhoras e senhores Deputados Municipais!

Eu pedi para vir aqui fazer uma breve intervenção, na sequência da intervenção do deputado Luís Pinto e também de acordo com a posição que tomaram os nossos colegas e camaradas de partido, vereadores na Câmara Municipal, que aliás têm todo o direito de se sentarem onde bem entenderem. Não há aqui nenhuma reserva de lugares!

Os vereadores do Partido Socialista, fizeram uma declaração de voto, que aliás consta do documento que foi distribuído, em que dizem que votam contra a aprovação do contrato-programa e gestão, por entenderem que a filosofia em que assenta a Leirisport, não serve os superiores interesses do Município ou da autarquia neste caso. E a questão que eu gostava aqui de levantar, tem exactamente a ver com isto:

Esta empresa municipal, infelizmente, eu digo infelizmente porque a mim pessoalmente nada me move contra a existência de empresas municipais, ao contrário de outras pessoas que não concordam com a existência delas, eu não tenho nenhuma reserva mental relativamente às empresas municipais. Mas esta empresa parece que nasceu amaldiçoada. E parece que em tudo aquilo que toca

à Leirisport, acaba por haver fantasmas a envolver o trabalho dela (espero que isto não afecte o Dr. Benzinho, de quem sou amigo há muito tempo e que é agora Presidente do Conselho de Administração da Leirisport).
Mas o que é verdade é que (como diz o outro não acredito em bruxas mas que as há as há) apareceu sempre envolvida num conjunto de situações que geraram sempre polémica. Eu não quero sobre isto fazer aqui nenhuma chicana política, mas isto é a pura da verdade. Toda a gente sabe que isto acontece.
E a intervenção do deputado municipal João Cunha, suscitou-me vontade de intervir em nome do Partido Socialista, exactamente para sublinhar aquilo que ele aqui disse e desta vez nós apoiamos, no sentido de que não só se faça a interpelação da Assembleia Municipal, mas das pessoas que aqui estão ou quem quiser, que proponha a extinção da Leirisport. Mas o problema não é só o de se propor a extinção da Leirisport, porque como toda a gente sabe, já se propôs n vezes, já diversas pessoas propuseram que não eu devo dizer-lhe e julgo que nunca o fiz.
O problema é, aproveitando até esta circunstância e os votos dos vereadores do PS, relativamente a saber se a Leirisport acautela ou não acautela os superiores interesses da autarquia, que se criasse (e vou fazer aqui uma proposta, gostava que o senhor Presidente tomasse em consideração) no âmbito desta Assembleia, um grupo de trabalho, uma Comissão, que pudesse auditar a actividade da Leirisport desde o seu início até à actualidade, e que pudesse dizer aos leirisenses, se se justifica ou não, a existência da Leirisport. Porque o que está hoje aqui em causa não é só votar este documento, também é muito para além disso, é sabermos ou aprofundarmos para o futuro, a ideia se vale ou não vale a pena a existência da Leirisport. Esta é que é a questão fundamental, porque a Leirisport justifica-se se na gestão dos equipamentos desportivos que estão a cargo da Leirisport. Se se fizer a prova real de que uma empresa municipal com estas características sai mais barato aos bolsos dos contribuintes portugueses e particularmente aos leirienses, do que ser a Câmara através das suas estruturas mais formais, a assumir a gestão desse parque desportivo, não tenham nenhuma dúvida senhoras e senhores que aqui estão e excelentíssima Câmara, que o problema fundamental é este. Eu dou-vos um exemplo:

Não vamos voltar à polémica se o Estádio devia ou não ser construído nas condições em que foi ou deixou de ser. O problema não é esse! Mas o problema é real e existe.

Quando todos os dias passamos à porta do Estádio e vemos que o Estádio está por concluir, cada um pode fazer as contas de quanto é que sai do bolso dos contribuintes todos os dias para o pagamento daquele fantasma que ali está, que deve com certeza povoar as noites menos bem dormidas da senhora Presidente da Câmara. E quem se responsabiliza? Quem é responsável por aquela situação? Porque aquele problema é um problema que existe e que é grave, que custa dinheiro, aquilo está ali mas está todos os dias a contabilizar tipo taxímetro. E ninguém é responsável nem ninguém foi responsabilizado por aquela situação. Esta é que é a realidade.

Isto não é fazer política partidária nem fazer política para digamos assim, tirar dividendos de qualquer natureza. Nós estamos apenas a pôr aqui uma questão que é uma questão fundamental, já aqui falámos disto várias vezes, e infelizmente as pessoas parece repararem pouco nesta matéria.

E portanto, relativamente à Leirisport, o problema põe-se da mesma forma e aquilo que eu acho que é fundamental não é nós dizermos extinga-se a Leirisport, a Leirisport não presta porque tem um passado trágico, etc. (trágico não foi para toda a gente certamente para o ex-presidente do Conselho de Administração não foi trágico como aliás já se viu nos jornais)

Agora o que é importante e eu reafirmo aqui a nossa proposta, é que se crie uma Comissão interpartidária, constituída aqui no seio da Assembleia Municipal, e que possa eventualmente ser assessorada por técnicos, que se venha a verificar ser necessário, que façam um estudo da situação da Leirisport, do que tem sido a Leirisport e que digam sem nenhuma reserva à população do Concelho de Leiria, se vale a pena manter a Leirisport porque mantendo a Leirisport o Município ganha com isso e ganhando o Município ganhamos todos nós, ou se não vale a pena manter a Leirisport porque a Leirisport, como já alguém aqui disse, é um sorvedouro de dinheiro públicos. Esta é que é a questão essencial para além de termos que votar o documento que hoje aqui está que, julgo eu, todos os leirienses neste momento, que sabem ou se interessam por estas questões, devem estar a colocar. E nós gostaríamos que a Assembleia Municipal pudesse

responder a esta matéria, se vale ou não vale a pena a existência da Leirisport. Obrigado

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Tem a palavra a seguir o senhor deputado Domingos Carvalho.

Entretanto, eu queria dizer duas coisas:

Em primeiro lugar queria dizer pessoalmente aqui em público, que por razões também pessoais, gostaria de ver o senhor vereador Raul Castro na posição que ocupa, mas ele naturalmente tem todo o direito de estar sentado onde está, porque não deixa de pertencer ao público. Em segundo lugar, naturalmente que se o senhor deputado José Manuel Silva quiser apresentar essa proposta para criação de uma Comissão, logicamente votá-la-emos a seguir à votação deste ponto.

Faça favor senhor deputado.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)

Domingos Carvalho, CDS/Partido Popular.

A minha intervenção é suscitada pela intervenção do deputado João Cunha, é evidente que eu tenho que começar por dizer uma coisa, não posso deixar passar, realmente eu não estou a fazer processos de valor, os valores é que me preocupam, não são os processos.

Mas foi aqui dita uma coisa que é um processo de intenção. Foi aqui dito que quem tinha apresentado esta proposta, tinha sido a senhora vereadora do Partido Popular, CDS/PP. Acontece que a senhora vereadora está fora e como está fora, eu até tive a possibilidade de trocar algumas impressões com ela, e face a um conjunto de notas que aqui foram dadas, e como o meu propósito ao contrário de que tem processo de valores é exactamente analisar e circunstanciar-me sobre o projecto que aqui está, e como sei que isso já foi proposto, e como a senhora vereadora seguramente deveria estar aqui para poder fazer a defesa daquilo que apresentou e eu sei que não está porque não pode, seria de bom tom, que esta proposta pudesse ser retirada e votada daqui a quinze dias em Assembleia convocada para o efeito, onde toda esta situação fosse analisada. E aí, esse processo de intenção que aqui foi expresso, porque foi a senhora vereadora do CDS/Partido Popular que apresentou esta questão, já se não colocaria desta

forma, porque situações como o Casino de Lisboa, em Leiria não vai haver, que fique claro!

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Tem a palavra o senhor deputado João Cunha.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha, PSD.

Peço desculpa mas eu tenho pouco jeito para este tipo de bate-papos, o senhor deputado Domingos Carvalho vai-me desculpar mas eu limitei-me a ler aqui no documento, onde diz epígrafe diz texto:" Pela senhora vereadora do pelouro do Desporto, Eng.ª Isabel Gonçalves (que eu penso que foi eleita pelo CDS/Partido Popular) foi presente o contrato-programa e de gestão…", portanto eu limitei-me a ler isto, não fiz processo de intenção nenhum. E curiosamente eu vim aqui dar o meu acordo a este documento, ao contrário do senhor deputado, que até é do Partido Popular, que veio aqui dizer que "bota abaixo" este documento.

Eu não entendo qual é o processo de intenção e de valor que me está a querer dizer! Era só isto que eu queria esclarecer.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Tem agora a palavra a senhora Presidente da Câmara para os esclarecimentos às objecções e comentários que foram feitos.

PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.ª ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Muito obrigada senhor Presidente.

Queria apenas dar duas ou três notas.

A primeira era dizer ao senhor deputado José Manuel Silva que seria muito bom que nos meus sonhos só aparecesse este tipo de fantasma, porque é um fantasma com um valor patrimonial muito significativo. Isso significava que eu não tinha outras assombrações que por vezes me aparecem e algumas delas até andam.

Passando esta parte de brincadeira (com o deputado José Manuel Silva estou à vontade para dizer o que disse) queria aqui dizer e agora a sério, que esta última

intervenção do senhor deputado Domingos Carvalho é um bocadinho processo de intenção e de valores, quando o senhor diz que não quer Casino de Lisboa.
Realmente o processo do Casino de Lisboa é um processo muito tenebroso e que por acaso até envolve sobretudo gente do seu partido. As pessoas que geriram isto estão à frente da Câmara, incluindo a vereadora do seu partido, são pessoas que preservam valores, valores sérios de responsabilidade. E portanto, o senhor não tem o direito de fazer juízos de valor e de intenções relativamente à seriedade das pessoas. Relativamente ao resto, aos seus juízos políticos, de acordo. Tem todo o direito de os fazer e todos nós aqui temos, agora processo de intenções relativamente à seriedade das pessoas, aí eu já me sinto e tenho que reagir.
Apenas um complemento informativo, para dizer ao senhor deputado Vitorino Vieira Pereira que não há nenhuma remuneração salarial a nenhum representante da Câmara na Leirisport. O elemento da Câmara que está na Leirisport, é a senhora vereadora Isabel Gonçalves que por acaso não está cá, conforme já foi dito, e recebe zero da Leirisport. Portanto era apenas repor a verdade, porque é importante que as pessoas saibam isto.
Dizer também, que a Câmara de Leiria tem apenas uma empresa municipal para gerir equipamentos desportivos e que há Câmaras no País, muitas delas de outros partidos, não tenho a certeza se do partido que o senhor representa, mas se calhar até na Câmara do seu partido, que têm variadíssimas empresas municipais e Câmaras com uma dimensão muito inferior. Há uma vizinha da nossa, um Município mais pequeno, que tem quatro empresas municipais. Há algumas que têm sete empresas municipais, já para não falar em Lisboa que são várias e diversas como toda a gente sabe.
Eu não sou uma apoiante incondicional das empresas municipais mas estou absolutamente convicta de que, tendo em conta a dimensão dos equipamentos desportivos do Concelho de Leiria, é muito razoável, faz todo o sentido, este tipo de gestão.
E por último queria saudar a proposta, julgo que do senhor deputado João Cunha e secundada pelo senhor deputado José Manuel Silva, da criação de uma Comissão. Pelo que percebi, falaram os dois da importância de existir uma Comissão da Assembleia Municipal que acompanhasse a gestão da Leirisport. Concordo em absoluto! E se não sair daqui hoje essa proposta… Está feita? Tudo

bem, se não seria a Câmara a fazer essa proposta. Só não pedirei hoje ao senhor Presidente autorização para que isso aconteça, atendendo às circunstâncias da saída dele, mas pedia inclusivamente ao senhor Presidente, se fosse possível, para numa próxima Assembleia o senhor Presidente do Conselho de Administração da Leirisport, que está aqui hoje presente, fizesse uma apresentação pública rigorosa da situação financeira e de gestão da Leirisport, que é efectivamente significativamente evoluída neste momento. Isto é, a situação financeira da Leirisport é francamente saudável, evidentemente que todos nós sabemos que existem encargos e os encargos têm a ver com o equipamento que foi construído. As contas são completamente claras e completamente transparentes. Mas para lhe retirar esse ónus, de uma vez por todas (e como o senhor deputado José Manuel Silva diz e é verdade) a ver se limpamos a cabeça e se todos compreendemos que está ali uma equipa de gestão de grande qualidade, a fazer uma trabalho muito sério, um trabalho de grande contenção de custos, de grande rigor orçamental, e que era bom que de uma vez por todas isso fique claro para toda a gente.

Portanto além da Comissão, que eu julgo que é importantíssima porque poderá ir ver outras coisas para trás, eu gostaria muito que o Conselho de Administração da Leirisport, na pessoa do Presidente ou quem ele entender, numa próxima Assembleia Municipal fizesse uma apresentação rigorosa de tudo quanto se tem passado em termos de gestão da Leirisport, para de uma vez por todas as pessoas perceberem o rigor e a qualidade da gestão que ali está a ser praticada actualmente. Muito obrigada.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhora Presidente.

Em relação a essa questão eu julgo que a Mesa não se opõe e a minha opinião é que se a Leirisport pedir a intervenção na próxima Assembleia, naturalmente que se colocará na ordem de trabalhos. Não no período de “antes da ordem do dia” mas na própria ordem de trabalhos, uma vez que está relacionado com o Município pode ser incluído na Ordem do Dia.

Portanto não havendo mais intervenções julgo que poderemos colocar à votação o ponto n.º 5 – Contrato-Programa e de Gestão entre o Município de Leiria e a Leirisport, EM:

Quem vota contra? 24 votos contra.

Quem vota a favor? 27 votos a favor.

Quem se abstém? 3 abstenções.

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria, com 27 votos a favor, 24 votos contra e 3 abstenções, aprovar o Contrato-Programa e de Gestão entre Município de Leiria e a Leirisport, EM.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Senhores deputados, o senhor deputado João Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Regueira de Pontes, vai fazer uma declaração de voto.

DEPUTADO JOÃO MARTINS PEREIRA (Presidente da Junta de Freguesia de Regueira de Pontes)

Começo por cumprimentar a digníssima Assembleia, cumprimentar a minha colega Presidente de Junta da Freguesia das Colmeias e agradecer-lhe o acolhimento que nos deu aqui, e cumprimento também a senhora Presidente da Câmara e os senhores vereadores.

A minha declaração de voto tem a ver com o meu voto favorável relativamente a este ponto da ordem de trabalhos.

Como sabem sou Presidente de Junta e ultimamente muito se tem falado acerca da representação dos Presidentes de Junta nas Assembleias Municipais, é um tema que está na berra, e o meu voto a favor tem precisamente a ver com a inerência do meu cargo aqui, ou seja, como deputado da Assembleia Municipal, para representar a minha Freguesia. E tenho a certeza que a situação em que a minha Freguesia e outras Freguesias se encontram é preciso manter, porque temos uma quantidade de serviços para fazer, temos uma população a respeitar e numa situação destas como para tudo é necessário dinheiro, é necessário dinheiro nos próximos dois anos enquanto eu tiver esta responsabilidade para com a população da minha Freguesia. E foi nesse sentido que eu votei a favor neste ponto.

Este novo projecto de lei que está a ser discutido e que já foi aprovado no Parlamento, retira a representação dos Presidentes de Junta nas assembleias e vai também retirar alguma representação às Freguesias e às quais nós estamos directamente ligados. Por isso quando ouço os senhores deputados eleitos directamente para este órgão, eu não os ouça a falar muito sobre as Freguesias,

apenas os senhores Presidentes de Junta falam das respectivas Freguesias e dos problemas das suas populações. O que se ouve normalmente falar é sobre os problemas em Leiria, na Freguesia de Leiria. É por esse motivo que eu votei a favor deste ponto. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Obrigado senhor Presidente.

Eu agradeço que respeitem quem está a usar da palavra!

Vamos então passar à votação da proposta de criação de uma Comissão da Assembleia Municipal, composta por representantes de cada uma das bancadas, para a monitorização das actividades da Leirisport.

Eu consultei o Regimento e ele não nos obriga a fazer de imediato a escolha dos elementos que irão integrar esta Comissão, é apenas a criação dessa Comissão. Portanto, depois competirá aos líderes das respectivas bancadas chegarem a um consenso sobre a composição dessa mesma Comissão, e indicá-la-ão na próxima sessão, para que seja submetida à apreciação da Assembleia Municipal.

Concordam com esta metodologia?

Muito bem, vou colocar à votação a proposta de criação de uma Comissão da Assembleia Municipal para monitorização das actividades da Leirisport, EM.

Quem vota a favor?

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria, com 49 votos a favor e 3 abstenções, aprovar a proposta e constituir uma Comissão para monitorização das actividades da Leirisport, EM.

1. APRECIAÇÃO DO RELATÓRIO DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO, NOS TERMOS DA ALÍNEA E), DO N.º 1, DO ARTIGO 53º DA LEI N.º 169/99, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11/01;

Alguém deseja discutir este ponto?

Faça favor senhor deputado Pedro Biscaia.

DEPUTADO PEDRO BISCAIA (PS)

Boa noite.

Pedro Biscaia, eleito pelo Partido Socialista.

Era só duas ou três perguntas ao senhor vereador Vítor Lourenço.

Na segunda página do relatório, talvez não seja agora a ocasião, mas diz aqui que "*foi feita uma avaliação intermédia do Programa de Generalização do Ensino de Inglês no 3º e 4º ano e outras actividades de enriquecimento curricular*", mas depois, não se diz qual é essa avaliação. Se for oportuno, eu gostaria de saber se há dados sobre essa avaliação.

Depois na página 3 suponho que há um lapso senhor vereador, porque diz *"relativamente aos transportes escolares observou-se a recolha de elementos tendo em vista a previsão para o ano lectivo 2007/2008*", suponho que seja "2008/2009". Há aqui um lapso.

Depois o senhor vereador refere também a questão e muito bem, de se realizarem algumas actividades comemorativas, ou que assinalem os 200 anos das Invasões Francesas em Leiria, diz "*a realizar-se no Instituto Politécnico de Leiri*a". Pergunto se está previsto envolver por exemplo, as escolas do ensino secundário em actividades desta natureza, o que me parece bastante útil.

Uma última nota, é sobre uma questão que já levantei aqui várias vezes, é um pormenor de somenos importância, mas digo que na página 12 mais uma vez aparece "Almuinhas" escrito com um "u", quando eu posso garantir e fiz a consulta ao Professor Cláudio Torres, que é um conhecido arabista e de estudos muçulmanos e portugueses, garanto que é com um "o" e significa "quinta pequena". Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Senhor vereador quer esclarecer? Faça favor.

VEREADOR DO PELOURO DA CULTURA E EDUCAÇÃO (VÍTOR LOURENÇO)

Só para esclarecer a primeira questão da avaliação, na verdade a frase devia ter escrito "iniciou-se o processo de avaliação" que só termina para a semana como uma reunião dos agrupamentos de escolas, falta a palavra "iniciou-se".

Quanto à segunda questão está previsto naturalmente o envolvimento do Ensino Secundário.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Tem agora a palavra o senhor deputado Carlos Guerra Coelho.

DEPUTADO CARLOS GUERRA COELHO (PCP)

Boa noite!

Carlos Guerra, Partido Comunista Português.

Eu era para fazer esta referência no período de "Antes da Ordem do Dia" mas como está relacionado com o relatório aproveito para fazer agora.

Queremos focar desde já dois assuntos referidos no relatório da senhora Presidente, mas que por omissão no seu conteúdo, o caso da Saúde, ou pelo não cumprimento do aprovado em sessão da Assembleia Municipal, o caso da revisão do PDM, importa referir e focar.

Refere-se no relatório, que a senhora Presidente esteve presente e acompanhou a visita da senhora Ministra da Saúde ao nosso Concelho. É que ficámos na dúvida, se a senhora Presidente ao estar presente na visita, transmitiu e lembrou à senhora Ministra, que esta Assembleia Municipal aprovou uma moção, em que solicitava uma reunião com o então Ministro da Saúde Dr. Correia de Campos, para debater a requalificação da rede hospitalar, passagem da unidade médico-cirúrgica para unidade polivalente do Hospital Santo André e o encerramento do SAP de Leiria, discutir o SAP que foi encerrado.

Relativamente a este ponto, a evolução da situação veio confirmar o que então previámos, um hospital dimensionado para cerca de duzentas e cinquenta urgências de atendimento diário, tem hoje quase o dobro desses atendimentos – quatrocentos e trinta –, ficando os doentes horas e horas para serem atendidos e com esse encerramento ficámos pior. Por outro lado, são os bombeiros que esperam horas a fio para reaver as macas nas urgências e habitantes do Concelho de Leiria, o caso da Freguesia da Maceira, que para evitar esta confusa situação, se deslocam ao SAP de Porto Mós.

Não basta acenar com cerca de um milhão de euros e dizer que se vai resolver o problema da urgência hospitalar no Hospital de Santo André. Esse milhar não resolve o problema de fundo, que é requalificar o hospital com uma unidade polivalente, como o Hospital de Viseu e melhorar a rede de urgências tanto hospitalares como de Cuidados de Saúde Primários. O Município tem uma palavra a dizer e por isso solicitou a referida reunião, e agora que o Ministro mudou, é necessário retomar a iniciativa.

Devemos nesta Assembleia retomar a moção anteriormente aprovada e reforçar o pedido de reunião.

Relativamente ao PDM, refere-se no relatório que desde Dezembro até agora o gabinete do PDM deu continuação aos trabalhos da equipa pluridisciplinar no âmbito da revisão do PDM, e destacam-se diversos trabalhos: elaboração do documento final de alteração ao Regulamento do PDM, alteração do Regulamento preliminar do PDM de acordo com os parâmetros propostos pela equipa do Plano de Urbanização de Leiria, para proposta de capítulo único, finalização do relatório relativo aos aglomerados rurais, etc.

Por sua vez, o senhor vereador Fernando Carvalho veio referir na imprensa "*Que o nosso trabalho está pronto há muito tempo",* no entanto, esta Assembleia Municipal continua sem saber o andamento de todo o processo, e uma deliberação aqui votada para que fosse realizada uma reunião com um representante de cada força política, não pode ir para o cesto do esquecimento.

Assim questionamos:

Quando vai haver a reunião?

Quando nos dão a conhecer as propostas de alteração que dizem estar prontas?

A Assembleia e os seus eleitos, não podem ser confrontados à última da hora com um conjunto de propostas, que não têm tempo de estudar nem de discutir. Não se trata de um simples plano, é o plano que define e decide sobre as grandes opções do nosso desenvolvimento e do nosso ordenamento.

Ainda há pouco votámos a constituição de um grupo de trabalho, já votámos a constituição de vários grupos de trabalho que nunca reuniram, esperemos só que não seja mais um.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado.

Senhora Presidente quer esclarecer? Faça favor.

PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.ª ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Senhor Presidente uma questão irei eu esclarecer. A outra pedirei ao senhor vereador Fernando Carvalho que esclareça, uma vez que tem a ver com o pelouro dele.

Relativamente à visita da senhora Ministra, a senhora Ministra veio a Leiria dois dias depois de ter tomado posse. Naturalmente que, na conversa durante a visita à unidade familiar dos Marrazes, expliquei-lhe que tinha havido uma posição da Assembleia Municipal. E o que ela me disse foi que tinha chegado agora e teria

que ver o que tinha pendente e depois diria alguma coisa. Portanto, era só para lhe dar essa nota.

Relativamente ao PDM, peço ao senhor vereador Fernando Carvalho que dê os esclarecimentos que entender sobre o assunto.

VEREADOR DO PELOURO DO PLANEAMENTO, OBRAS MUNICIPAIS E EQUIPAMENTO (ENG.º FERNANDO CARVALHO)

Muito boa noite a todos.

Fernando Carvalho, Vereador.

Em relação à questão que foi levantada pelo senhor deputado do Partido Comunista, em relação ao PDM, eu tenho a dizer o seguinte:

Como sabem, e de forma muito sucinta, a revisão do PDM iniciou em 1999. O trabalho foi iniciado por um conjunto de levantamentos que tiveram ser feitos de raiz, e portanto praticamente foi um processo constituído de novo.

O que é que aconteceu desde essa data até hoje?

A Câmara Municipal desenvolveu todos os trabalhos que foram sendo pedidos pelas entidades, a Comissão Técnica de Acompanhamento é constituída por doze entidades governamentais, e ao longo de todo este período foram sendo sucessivamente publicados novos diplomas legais, que vieram digamos criar mais exigências, para a finalização deste processo. O Município de Leiria como todos os outros teve que vir dar cumprimento a todas essas exigências legais. E portanto, nós atravessámos diversos regimes jurídicos até chegar ao dia de hoje.

Ainda recentemente, nomeadamente no passado mês de Setembro, com efeitos a fins de Outubro, foi publicado um novo diploma legal, o decreto-lei 316/2007, que obriga que todos os processos de revisão em curso, sejam também completados com um relatório ambiental. Ora bem, de imediato, uma vez que não podemos discutir estas matérias temos que cumprir a lei, sendo dura tem que ser cumprida, o Município de Leiria entrou em campo para contratualizar uma equipa multidisciplinar que pudesse executar este trabalho.

A primeira dificuldade veio logo aí, porque foi extremamente difícil encontrar, socorremo-nos do meio universitário, em Lisboa, em Aveiro e em Coimbra, e estamos só agora neste momento, com a faculdade de poder vir em breve a adjudicar este trabalho, embora o procedimento de contratualização ainda esteja agora a ser iniciado, porque foi extremamente difícil chegar a quem pudesse

fazer este trabalho e daí a preocupação que eu já manifestei há dias, numa reunião de Câmara e que teve repercussão depois na Comunicação Social.
É que a elaboração deste relatório ambiental vai provocar que a equipa que o vai realizar, possa pôr em causa algumas ou muitas opções que foram tomadas até hoje. Isto é, todo o trabalho que foi feito até agora pode vir a ser posto em causa e digamos, entramos num ciclo vicioso como tem acontecido até aqui. E portanto, a nossa preocupação, do executivo, que no fundo é a preocupação de todos os Municípios e que são muitas dezenas que estão a rever o PDM só na zona Centro, é de que este processo não tem fim à vista. E quando há relativamente pouco tempo ansiávamos e estávamos à espera que em breve tivéssemos uma discussão pública, com um período estimado de sessenta dias, chegamos a um momento em que temos, por força de lei, que contratualizar um novo trabalho, temos que reequacionar todas as propostas que foram feitas e vamos ver que tipo de alterações é que foram efectuadas.
Este é o ponto de situação. E portanto, o Município de Leiria à semelhança de todos os outros Municípios vê-se confrontado com este problema, isto tem que ser público e tem que ser divulgado para que as pessoas tenham conhecimento destes factos, diversos regimes jurídicos que atravessaram a revisão do PDM.
É evidente que em relação àquilo que disse o senhor deputado, em relação ao acompanhamento, eu sugeria de facto, se calhar não todos ao mesmo tempo porque é difícil haver uma sessão conjunta para explicação de todo o trabalho como ele está feito, mas se calhar seria importante que cada partido nomeasse uma ou duas ou três pessoas, as que quisessem, para se poderem fazer diversas sessões junto do gabinete do PDM, para podermos dar as explicações de todo o trabalho, de toda a evolução do processo e o ponto de situação actual.
Eu sugeria que marcassem directamente comigo, cada grupo municipal, com as pessoas que assim o entenderem, para fazermos reuniões junto do gabinete do PDM. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)
Muito obrigado.
Senhores deputados, no seguimento da minha informação à Assembleia eu neste momento tenho que me retirar não sem antes agradecer mais uma vez e agora publicamente, a hospitalidade na sede desta Freguesia à senhora Presidente da

Junta de Colmeias, Dr.ª Fátima Sismeiro, e agradecer-lhe também a visita turística e informativa ao território da Freguesia, bem assim como agradecer a merenda que nos foi oferecida a seguir à visita. Boa noite a todos.

(as funções de Presidente da Mesa passam a ser exercidas pela deputada Fátima Sismeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Colmeias e a função de 2º secretário passa a ser exercida pela senhora deputada Maria Espadinha Azinheiro, Presidente da Junta de Freguesia de Monte Redondo)

PRESIDENTE DA MESA EM EXERCÍCIO (FÁTIMA SISMEIRO)

Muito boa noite a todos!

Senhores deputados, vamos entrar no ponto n.º 2 da ordem de trabalhos

2. ACTUALIZAÇÃO DAS TAXAS MUNICIPAIS PARA O ANO DE 2008 – APRECIAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO;

Alguém deseja intervir sobre este ponto?

Tem a palavra o senhor António Fernandes.

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS)

Boa noite a todos.

António Fernandes, do Partido Socialista.

O assunto que me traz é precisamente a Tabela de Taxas que foi distribuída aos senhores deputados.

Eu tive o cuidado de ver folha a folha, para saber os valores das taxas que são apresentadas. De um modo geral quem está ligado às actividades comerciais, sabe que é obrigatório ter tabelas afixadas com os custos e preços e com os valores cobrados pelos serviços prestados. Depois de ter desfolhado o documento cheguei a uma rubrica que me perturbou e que cujo valor não está aqui anotado de uma forma clara. Há pouco o senhor Presidente da Junta de Regueira de Pontes no respeito que todos os munícipes merecem através dos órgãos autárquicos, e a Câmara Municipal também deve respeitar todos os munícipes. Na página 6 da tabela, refere a "taxa de utilização de infra-estruturas urbanísticas a fixar em função do valor do custo unitário por metro linear de

arruamento, a fixar pela Câmara". Ora, o preço que aqui está é preço variável e portanto, um promotor que ponha um processo de obras na Câmara, saberia antigamente quanto é que iria pagar, hoje não sabe quanto é que vai pagar. Agora, acontece que o processo de licenciamento de obras entra na Câmara e está lá meses e meses a fio até à sua conclusão. Indigna-me aquilo que veio publicado no dia 31 de Janeiro no Jornal de Leiria, referente a uma obra que existe em Leiria, e que ao fim de muito tempo anda muita papelada para trás e para a frente e ainda não está licenciada. Eu refiro-me concretamente às obras de recuperação do antigo Hospital de Leiria. Envergonha-me que um edifício daqueles, feito com o carinho de todos para bem da cidade, ao fim de apresentar tanta papelada continua sem ver a licença da obra emitida.

Talvez desconheçam que o valor dessa taxa de infra-estruturas tem criado desânimo em muitas pessoas que vão à Câmara, tem causado a muitas pessoas síncopes cardíacas e que são levadas ao hospital, tem criado também prejuízos ao Município porque as licenças não são levantadas dado o seu valor arbitrário e exorbitante. Muitos projectos não são levantados, as obras não prosseguem e a cidade fica parada.

Eu também faço a pergunta, taxas para infra-estruturas? O que é isto de infra-estruturas? Se o promotor da obra já vai pagar logo a seguir os ramais de electricidade, os ramais para ligação de esgotos, os ramais de gás, vai pagar os passeios se tiver que os fazer, ou seja, além daquela ligação que se vai fazer da propriedade privada às infra-estruturas, que pagam uma taxa, ainda vai pagar mais uma taxa tão elevada?

Eu acho que esta questão não está bem clarificada e que deveria ser aqui explicada a todos os senhores deputados e à belíssima participação da população de Colmeias aqui presente, a qual desde já louvo, a razão pela qual não consta desta tabela o valor fixo desta taxa de infra-estruturas e a que é que se refere esta taxa. Disse!

PRESIDENTE DA MESA EM EXERCÍCIO (FÁTIMA SISMEIRO)

Antes de prosseguirmos com mais intervenções, embora pareça que a Mesa possa funcionar com a maioria dos elementos que estão presentes, foi-nos sugerido que convidássemos um terceiro elemento para a Mesa, para exercer as funções de 2º secretário, e eu convidava a senhora Presidente da Junta de

Freguesia de Monte Redondo, para exercer essas funções se assim for essa a sua vontade e se ninguém se opuser.

Continuando os trabalhos, pergunto se mais alguém pretende usar da palavra?

Não havendo, dou a palavra à senhora Presidente para prestar os esclarecimentos que foram solicitados.

PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.ª ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Eu julgo que era importante uma vez que foi aqui colocada uma questão concreta.

O que veio hoje à Assembleia é apenas uma actualização das taxas em vigor de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor, como acontece todos os anos. A taxa que o senhor deputado António Fernandes referiu é uma taxa de urbanização e é para isso mesmo que o senhor referiu, para haver uma responsabilidade pelas obras de urbanização.

O que eu lhe posso dizer e achei importante informá-lo, é que decorreu, na sequência da Lei das Finanças Locais, a obrigatoriedade de até ao final deste ano, as tabelas de taxas serem consideradas caducadas, sem efeito, tendo que ser apresentado até ao final do ano um estudo económico que baseie a apresentação de uma nova Tabela de Taxas. Portanto, até ao final de 2008 tem que ser apresentado por todas as Câmaras do País um estudo económico-financeiro que baseie a apresentação da nova Tabela de Taxas. Sendo certo que até pode haver uma outra que se mantenha igual e eventualmente outras que poderão subir, porque o que se pretende é que esse estudo económico-financeiro sustente de uma forma objectiva porque é que a taxa é cinco e não é dez ou porque é que é dez e deve ser oito. Esse estudo, no caso do Município de Leiria, e por decisão neste caso da Área Metropolitana de Leiria – AMLEI, foi decidido fazer-se em conjunto, podendo depois as taxas até ser diferentes Município a Município, dependendo um pouco da estratégia política, mas a base de sustentação e o tronco comum ser igual atendendo à proximidade. Esse estudo está a ser feito no âmbito da AMLEI, e prevê-se que até à Assembleia Municipal de Setembro seja trazido um estudo sustentado, que é obrigatório por lei como disse, e que penso que poderá eventualmente fazer algumas correcções de algumas taxas que quando foram fixadas foi muito com base em dados que existiam de custos, de suporte para as infra-estruturas, mas sem um estudo aprofundado.

Portanto, fica aqui o compromisso, não é um compromisso que eu possa enjeitar de modo nenhum porque é obrigação legal, e até ao fim do ano virá aqui uma nova Tabela de Taxas com a tal fundamentação económico-financeira.

Só uma nota final relativamente à questão do Hospital da Misericórdia.

Dizer-lhe que quanto ao arrastamento do processo, neste momento já tem licença de utilização, está o processo concluído, mas houve muita entrega de papéis, sem dúvida nenhuma, mas papéis errados. Isto é do conhecimento dos responsáveis, como sabe houve um contencioso entre os responsáveis e o Arquitecto que fez o projecto, e quando isto acontece, estando a obra concluída mas não estando do ponto de vista burocrático a situação finalizada, não é fácil, porque o diálogo passa a ser entre a Câmara e o técnico, porque o dono da obra já não consegue falar com o técnico, e foi isso que aconteceu. Houve dificuldade na fase final de serem feitas correcções, na sequência de uma vistoria que foi feita ao edifício, que apesar de exteriormente e interiormente ter grande qualidade, foi detectada sobretudo a nível da segurança (e numa casa daquelas como pode imaginar é uma questão fulcral) uma deficiência e foi preciso fazer a correcção dessa deficiência, não só em obra como também a nível de documentos. Na obra a correcção foi feita com muita rapidez mas depois os documentos nunca mais apareciam porque houve aqui um desentendimento entre o responsável da obra e o técnico projectista.

Neste momento conseguiu-se resolver o problema e nós andamos permanentemente aqui a servir de intermediários neste processo.

PRESIDENTE DA MESA EM EXERCÍCIO (FÁTIMA SISMEIRO)

Vamos então colocar este ponto à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade aprovar a actualização à Tabela de Taxas Municipais para o ano de 2008.

3. ALTERAÇÃO AO OBJECTO DE PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA JUNTA DE FREGUESIA DE CORTES – APRECIAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

PRESIDENTE DA MESA EM EXERCÍCIO (FÁTIMA SISMEIRO)
Senhora Presidente deseja dar algum esclarecimento? Faça favor!

PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.ª ISABEL DAMASCENO CAMPOS)
Uma explicação muito rápida, penso que toda a gente percebe.
É uma alteração de objecto por troca de ruas que tinham sido incluídas no objecto inicialmente aprovado e depois houve necessidade da Junta de Freguesia fazer outras que não as primeiras contempladas. É apenas isso.

PRESIDENTE DA MESA EM EXERCÍCIO (FÁTIMA SISMEIRO)
Não há inscrições para intervir, vou colocar à votação.
Quem vota contra?
Quem se abstém?
A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade aprovar a alteração ao objecto de protocolo de delegação de competências da Junta de Freguesia de Cortes.

4. TRANSFORMAÇÃO DA EMPRESA "LEIRISPORT-DESPORTO, LAZER E TURISMO DE LEIRIA, EM" NUMA SOCIEDADE ANÓNIMA DE CAPITAIS EXCLUSIVAMENTE PÚBLICOS DE ÂMBITO MUNICIPAL E APROVAÇÃO DOS RESPECTIVOS ESTATUTOS DE FORMA A ADEQUÁ-LOS AO NOVO REGIME JURÍDICO DO SECTOR EMPRESARIAL LOCAL EM VIGOR – APRECIAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO;

PRESIDENTE DA MESA EM EXERCÍCIO (FÁTIMA SISMEIRO)
A senhora Presidente vai prestar alguns esclarecimentos sobre este ponto.

PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.ª ISABEL DAMASCENO CAMPOS)
Eu de certa maneira já fiz o enquadramento deste assunto há pouco, mas queria reforçar.
No final de 2006, em 29 de Dezembro, saiu a Lei n.º 53-F/2006, que no fundo contempla o novo enquadramento legal das empresas municipais. Foram dados dois anos, a partir de 29 de Dezembro de 2006, para que as empresas municipais existentes se adaptassem à nova legislação. Estivemos durante o ano passado a fazer a análise das propostas que a lei contemplava e qual era a

solução que melhor se enquadrava ao objecto social e àquilo que a Leirisport tem na sua missão, e estes estatutos alterados contemplam exactamente essa questão de adaptação dos estatutos da Leirisport à Lei n.º 53-F/2006, de acordo com o que aí está previsto. Julgo eu que é perfeitamente perceptível, que não há nada de especial a opor ou pelo menos de dúvidas, mas como digo foi apenas uma alteração de estatutos derivado da existência de uma lei enquadradora das empresas municipais, caso contrário não se tinha feito qualquer alteração. Grosso modo os estatutos são a transposição dos anteriores para agora, mas teve-se que adaptar àquilo que é exigido por lei e que era obrigatório num prazo de dois anos proceder-se a essa adaptação. Muito obrigada.

PRESIDENTE DA MESA EM EXERCÍCIO (FÁTIMA SISMEIRO)

Não há inscrições para intervir, vou colocar o ponto à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria, com 27 votos a favor, 23 abstenções e dois votos contra aprovar a transformação da empresa Leirisport- Desporto, Lazer e Turismo de Leira, EM, numa sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos de âmbito municipal. Mais delibera aprovar os respectivos estatutos, adequados ao novo regime jurídico do sector empresarial local em vigor.

PRESIDENTE DA MESA EM EXERCÍCIO (FÁTIMA SISMEIRO)

Antes de entrarmos neste período, eu aproveito para fazer o que deveria ter feito no início da sessão que por lapso não fiz, mas faria agora a minha intervenção de acolhimento, no sentido de me dirigir a esta Assembleia para dar as boas-vindas à senhora Presidente da Câmara e aos senhores vereadores, às senhoras secretárias da Mesa e aos senhores deputados, aos vogais da Junta de Freguesia que também estão presentes, aos representantes da Imprensa e às senhoras e senhores aqui presentes.

Sejam todos bem-vindos a Colmeias.

A realização das Assembleias Municipais fora da cidade só pode constituir um gesto nobre da democracia. Além de ser um acto da descentralização democrática na sua essência por aproximar mais os eleitos locais das suas

gentes, permite ainda conhecer mais e melhor a realidade do Concelho para além das portas da cidade. Pode também ser um acto de pedagogia cívica, por permitir assim dar a conhecer o funcionamento de uma Assembleia Municipal, que de outro modo, com toda a certeza, nunca seria conhecido pela maioria das pessoas das Freguesias.

E esta Freguesia é uma Freguesia eminentemente rural, 35,5 km2 de área, cerca de três mil e setecentos habitantes e trinta e oito lugares, mas com focos de acentuado desenvolvimento industrial, mormente na área da cerâmica, construção civil e extracção de inertes, que aliada à existência de algum comércio e serviços locais, asseguram a plena empregabilidade, não se fazendo por ora, sentir os efeitos nefastos desse flagelo social grassante no País. Nela se fixou o Agrupamento de Escolas EB1,2,3, tendo ainda a funcionar mais quatro escolas do 1º ciclo do Ensino Básico e três do pré-escolar. Encerraram para o presente ano dois estabelecimentos do 1º ciclo. Dispõe ainda de uma Extensão de Saúde com duas médicas e duas enfermeiras, de um pavilhão polidesportivo que satisfaz as necessidades da prática desportiva, quer das equipas formadas no seio das colectividades, quer dos alunos que ali ao lado frequentam a escola básica, bem como, de três campos de jogos sendo dois pertencentes a colectividades e um terceiro da Freguesia, o campo de jogos S. Miguel.

Existem cinco colectividades na Freguesia. O Clube de S.Miguel do Crasto, a Associação da Igreja Velha, o Clube 7 Arcos, a Associação da Lameiria e o Clube Abelha. Todas elas com significativa dinâmica interna, promovendo o convívio regular no âmbito da vizinhança de proximidade, o entretenimento e a prática desportiva, promovendo também a Freguesia e as suas gentes.

Importa também referir que existem três centros de culto com as respectivas casas mortuárias na Igreja Velha, Barracão e Eira Velha, e três cemitérios, dois na Eira Velha e um na Igreja Velha.

Apresenta como principais carências para além do saneamento básico, cujos emissários já instalados atingem os lugares de Feijão, Casal do Monte e Raposeira, estes com ligação à ETAR das Olhalvas, ficando por executar durante dois anos as empreitadas nos restantes lugares de Colmeias, com ligação futura à ETAR Norte, que iniciará o seu normal funcionamento em Janeiro do próximo ano.

O Centro de Dia e Lar para a população idosa, cuja construção está em fase de adjudicação a muito curto prazo, Colmeias tem um significativo número de pessoas idosas, com rendimento muito abaixo da média, e na esmagadora maioria constituído por pessoas a viverem sós. A Junta de Freguesia realiza anualmente o Passeio da 3ª Juventude. É um dia em que podemos sentir a alegria, a capacidade de união e de mobilização das gentes genuínas de Colmeias.

A Junta de Freguesia dá ainda apoio de secretaria a estas pessoas no preenchimento de formulários, envio, dos atestados que instruem regularmente os procedimentos de transferências das respectivas pensões de reforma. A Freguesia tem ainda constituída a sua Comissão Social, que identificou já uma urgente carência de habitação social para duas famílias e avançando em conjunto com a Junta de Freguesia, para a adesão ao desenvolvimento de um projecto de adaptação pela Câmara, do edifício de uma das escolas encerradas, para o acolhimento destas famílias.

Rede Viária:

A Freguesia tem uma extensa rede viária em adiantado estado de degradação. Tem vindo a ser feito um esforço ao longo dos anos, quer pelos anteriores executivos camarários, sobretudo ao nível das vias principais, quer pelos da Freguesia no sentido da sua requalificação, tendo também já os actuais executivos procedido a algumas pavimentações protocoladas com a Câmara.

Existe ainda um grande número de ruas denominadas sem estarem pavimentadas e outras totalmente degradadas. Tem havido no passado colaboração pontual das empresas de extracção de inertes, na requalificação de pavimentos degradados, na parte em que contribuem para essa degradação, e que seria injusto não referir aqui.

Não existe alcance compreensivo por banda dos fregueses, quanto a este estado geral da rede viária da Freguesia, que frequentemente apresentam as suas reclamações.

Ambiente:

A Freguesia debate-se já com problemas ambientais de alguma dimensão e até gravidade, como é o caso da sucateira de enorme dimensão no lugar de Lameiria, cuja saída coerciva se aguarda no seguimento de processo judicial, desencadeado anteriormente pelas entidades competentes. Das suiniculturas que

não cumprem muitas vezes as regras legais, fazendo espalhamentos contiguamente a habitações. Da extracção de inertes que em conjunto com o seu transporte, provocam a volatilização de poeiras depositadas em toda a extensão da rodovia, sobretudo no lugar de Barracão. Para a limpeza pontual destas ruas, de modo a assegurar algum bem-estar e qualidade de vida a estas populações, estima-se um custo mensal de um quarto da transferência mensal que é feita para a Freguesia, pela Câmara Municipal.

A Freguesia foi fustigada ainda nos Verões de 2005 e 2007 com dois incêndios, que devastaram uma significativa área da Freguesia.

A Junta e a Freguesia têm sido geridas no pressuposto do poder legitimamente instituído, que é um poder de ver, de observância das suas competências e autoridade, também ela legítima para o efeito, no âmbito mais vasto do zelo pelo bem-estar da população, com especial incidência junto dos mais novos, dos mais idosos e dos mais desfavorecidos, e não no da mera detenção do poder pelo poder, assim se continuando do passado o que em prol da população estava bem, alterando aquilo que com amor e sentido comunitário se entendeu corrigir, isto é, o melhor bem para o maior número, governar para todos, mesmo que nem sempre tenha sido, como não é, compreendido por muitos, sobretudo por aqueles que no passado se colocavam de forma altaneira e privilegiada relativamente aos outros, e até mesmo de forma sobranceira relativamente à própria autarquia e aos seus órgãos. Tem assim sido feito um denodado esforço de afirmação da própria autarquia.

À Presidente, chegam da parte de várias pessoas com frequência, sugestões que têm sido acatadas e reclamações que têm sido atendidas e/ou encaminhadas para as entidades competentes, na forma e tempo possíveis, de acordo com os meios humanos e materiais disponíveis. Erros certamente se cometem, mas nunca por falta de empenho, entusiasmo e acima de tudo trabalho. Muito obrigada.

De seguida dava a palavra ao senhor Artur Santos, para fazer a sua exposição no período destinado à intervenção do público. Faça favor!

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

ARTUR SANTOS (MUNÍCIPE)

Boa noite a todos os presentes.

Quero desde já enviar saudações especiais à senhora Presidente da Câmara, Dr.ª Isabel Damasceno Campos, e dirigir inclusivamente saudações a todos os autarcas e inclusivamente vereadores e deputados aqui presentes.

Eu queria de facto colocar algumas perguntas, as quais a nossa Presidente da Junta teve oportunidade de responder, no entanto, não quero deixar de falar sobre o saneamento que nos foi prometido e que continuamente tem estado a ser adiado, e eu pergunto para quando o início mesmo destas obras?

Quero também questionar sobre o início dos arranjos da estrada da nossa Freguesia, especialmente a estrada que liga a Bouça ao Crasto, inclusivamente ao Barreiro, eu não sei se os senhores tiveram oportunidade de passar por lá hoje, mas é uma estrada que está deplorável. Eu lembro-me mais ou menos quando essa estrada foi construída, foi sensivelmente nos anos setenta, e a única intervenção que ela teve foi passado cerca de sete anos. Até hoje aquela estrada nunca recebeu nenhuma obra de relevo ou um asfalto que fosse digno de lhe chamar obras profundas. No entanto, eu quero alertar para o seguinte:

A nossa freguesia é uma Freguesia que contribui muito para a riqueza do nosso País, porque tem exploração de inertes, contudo tem sido muito prejudicada com essa exploração dos inertes e não temos vindo a beneficiar nada dessa exploração, bem pelo contrário, temos sido muito prejudicados.

E daí, a minha pergunta, para quando o início do alcatroamento dessa estrada e da estrada que liga os Talos ao Barracão, é uma estrada extremamente perigosa, em que há sensivelmente três anos foram asfaltados cerca de trezentos a 400 metros, no entanto continua um troço extremamente perigoso, ainda há relativamente pouco tempo morreu lá um jovem devido à perigosidade dessa estrada.

Havia também uma questão a colocar sobre a questão do PDM mas também já responderam a essa questão, contudo a Freguesia de Colmeias tem sido uma Freguesia muito penalizada porque no centro da Freguesia, Eira Velha, não podem ser construídos edifícios que vão além das três fracções, e isto tem hipotecado muito o desenvolvimento desta Freguesia. Não há dúvida nenhuma e o senhor vereador Fernando Carvalho disse que existem problemas que não têm a ver propriamente com a Câmara, no entanto como cidadão, acho que tem que se fazer algo mais, porque aos anos que está à espera de uma decisão para se resolver um problema destes, torna-se demasiado tempo e as Freguesias ficam

demasiado penalizadas, especialmente Freguesias como a nossa por essa situação. Era só. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA EM EXERCÍCIO (FÁTIMA SISMEIRO)

Senhora Presidente deseja dar algum esclarecimento? Faça favor!

PRESIDENTE DA CÂMARA (DR.ª ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Sim eu gostava de dar só um esclarecimento e depois o senhor vereador Fernando Carvalho complementará a questão das estradas.

Só para dizer que uma fase do saneamento básico vai ter início muito rapidamente porque está em fase final de adjudicação, como aliás é do conhecimento da senhora Presidente da Junta, e vai abranger já as imediações da zona da Estrada de Agodim.

Pedia agora ao senhor vereador para intervir relativamente às estradas.

VEREADOR DO PELOURO DO PLANEAMENTO, OBRAS MUNICIPAIS E EQUIPAMENTO (ENG.º FERNANDO CARVALHO)

Fernando Carvalho, Vereador.

A senhora Presidente já deu a informação em relação ao saneamento, a primeira obra vai avançar muito em breve, está em fase final de adjudicação, pensamos que será uma questão de semanas, porque agora é mais uma questão de disponibilidade do empreiteiro para iniciar a obra que se vai iniciar junto à Ponte da Madalena até aqui às Colmeias, e portanto toda a zona envolvente à Estrada de Agodim, como sabem esta estrada é talvez a mais importante aqui das Colmeias e seria digamos, um acto de má gestão intervir na plataforma da estrada sem fazer instalação do saneamento. Essa é uma obra que vai avançar a seguir, para que possamos depois de estabilizada a plataforma, então intervir na estrada.

Em relação à Estrada do Crasto, o que posso dizer é que a senhora Presidente da Junta não se cansa de nos chamar a atenção, já a visitámos diversas vezes, e a nossa política neste momento é primeiro fazer a instalação das infra-estruturas enterradas, nomeadamente o saneamento, e a seguir empreitada de Agodim estão em preparação novas empreitadas para que a Freguesia de Colmeias seja contemplada com a totalidade do saneamento, e portanto, a intervenção em maior profundidade só se fará depois do saneamento. No entanto, como sabemos que a estrada está de facto em más condições tal como a outra que referiu,

vamos tentar através dos serviços do Município segurar a estrada até que consigamos fazer a instalação do saneamento.

Em relação à revisão do PDM, eu há pouco dei aqui alguns esclarecimentos, falei de todos os constrangimentos que o Município de Leiria tem em relação a esta matéria, constrangimentos que são partilhados por todas as Câmaras que têm PDM em execução, e de facto há aqui um sentimento de impotência da nossa parte. Nós, Municípios, não controlamos os nossos PDM's. O PDM quando é aprovado constitui um instrumento, é aprovado pelo Governo, passa a ser um diploma legal, mas o Município apenas tem que fazer trabalhos que são acompanhados pelas entidades governamentais. E portanto, vamos fazendo todos os trabalhos que nos pedem, todas as correcções que nos pedem após a entrega dos diversos trabalhos parcelares nas diversas áreas, que são doze como eu já disse, e depois temos que nos ir sujeitando aos pareceres das entidades e entregando sucessivamente correcções. Uma vez que já atravessámos diversos regimes jurídicos e que sucessivamente somos obrigados a desenvolver novos trabalhos, de facto, eu hoje não posso aqui dizer que está aí para dois, ou três, ou quatro meses, como já tive essa percepção há relativamente pouco tempo.

Esperamos que esta situação se inverta, que há-de chegar ao fim como é evidente, mas sentimo-nos desanimados. Não é só a Câmara de Leiria, são todas as Câmaras, porque falamos com os nossos colegas autarcas, Presidentes de Câmara e vereadores de outros Municípios, que sentem o mesmo desânimo em relação a nós, e sabemos perfeitamente que as limitações não são só para Colmeias, são para todo o Concelho de Leiria.

O Município tem muitas situações que quer ver alteradas, para benefício do Concelho, as Juntas de Freguesia todos os dias nos fazem chegar essas recomendações porque de facto há limitações para o desenvolvimento, e são os populares que perguntam ansiosamente porque é que não sai o PDM, e nós só temos esta resposta para dar. Portanto a nós, compete-nos desenvolver o trabalho mas não conseguimos substituir digamos, as entidades que têm que aprovar esse trabalho.

Queria só responder aqui ao senhor deputado Pedro Biscaia, ele chamou-me há pouco a atenção, que de facto o relatório tem aqui uma omissão e de facto tem razão e peço desculpa por isso. Não foi referido no relatório um projecto em que o Município está envolvido.

O município de Leiria à semelhança de outros Municípios, foi convidado a candidatar-se a um programa de iniciativa da Agência Portuguesa do Ambiente e o projecto chama-se “Mobilidade Sustentável nos Municípios”.

O Município de Leiria candidatou-se, à semelhança penso de algumas centenas de Municípios e foi contemplado. Alguns constam da lista dos Municípios que foram seleccionados, como é o nosso caso, pela Agência Portuguesa do Ambiente para desenvolver este projecto, projecto que é financiado na totalidade por este organismo, e projecto esse que tem de ser desenvolvido em parceria com uma Universidade ou um Instituto Público. A nós tinha-nos sido atribuída a Universidade Católica de Lisboa, nós embora não tenhamos absolutamente nada contra essa instituição dissemos que não fazia qualquer sentido, porque temos já um historial de trabalho muito interessante e profícuo com a Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria, digamos que contestámos junto da Agência Portuguesa do Ambiente, fomos atendidos nessa pretensão, e portanto estamos a dar continuidade a este trabalho com a ESTG de Leiria.

De uma forma muito resumida em que é que consiste este projecto:

Nós desde 1998 que começámos com parcerias com instituições universitárias, começámos com a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, que desenvolveu para nós o primeiro estudo de estruturação da rede viária, e que veio a ter proveitos porque algumas das acções foram desenvolvidas, nomeadamente o nó da Cruz D’Areia, intervenções em diversos nós rodoviários no centro da cidade e na periferia interna foram sendo implementados também com base nesse estudo e mais tarde desenvolvemos uma parceria já com a ESTG, parceria essa que se destinou a estudar os transportes públicos e também complementar o estudo de reestruturação da nossa rede viária. Foi através desse estudo que foi criado o circuito Mobilis, que como sabem tem sido um êxito e é de agrado da população. E portanto, este projecto de Mobilidade Sustentável vem no fundo fazer digamos um assemblar de todos os estudos, complementá-los, e introduzir algumas valências que são pertinentes se analisarmos a mobilidade a uma escala global. Desde os modos considerados modes suaves que são os modos pedonais e cicláveis, até ao estacionamento, à estruturação da rede viária, o funcionamento global criando aqui uma forma de gestão da mobilidade no Concelho de Leiria e sobretudo na zona mais pressionada, que é a zona da grande cidade de Leiria.

Portanto, esse trabalho está a ser desenvolvido, houve uma primeira apresentação dos vectores principais, que são alvo deste estudo, ao Conselho Municipal de Trânsito, que ocorreu há cerca de um mês atrás, foi feita a apresentação com bom acolhimento, e está em amplo desenvolvimento e esperamos ter resultados em princípio no Verão, já deverá haver alguns resultados deste trabalho, que vão depois materializar-se com algumas acções complementares àquelas que já têm sido tomadas nomeadamente, na área pedonal e ciclável, porque como sabem Leiria nos últimos três quatro anos esteve com o centro um pouco revolvido, uma vez que foram feitas diversas intervenções no âmbito do Programa POLIS, não havia condições para se desenvolverem algu8mas destas acções, e portanto agora vai ser possível criar e optimizar programas que vão levar com certeza à criação de um programa de utilização de bicicletas e à criação de novos percursos pedonais.

Foi apenas um esboço do estudo que está a ser desenvolvido e oportunamente depois trarei aqui novidades sobre a evolução do mesmo. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA EM EXERCÍCIO (FÁTIMA SISMEIRO)

Fizeram-me aqui um reparo, eu segui a ordem de inscrição que tinha, mas devia ter sido em primeiro lugar as intervenções no âmbito dos senhores deputados. Portanto ficam aqui as minhas desculpas.

E agora vou dar a palavra à senhora deputada Isabel Gonçalves

ANTES DA ORDEM DO DIA

DEPUTADA ISABEL GONÇALVES (PS)

Boa noite!

Isabel Gonçalves, Partido Socialista.

Começo por cumprimentar todos os presentes, em especial os residentes das Colmeias, e também, a senhora Presidente da Junta de Freguesia das Colmeias que hoje nos honra com a presidência da Mesa da Assembleia Municipal.

Eu queria também fazer aqui um apelo ao senhor vereador Fernando Carvalho, por causa daquela questão que nós temos andado a falar há uns tempos, sobre aquela intervenção que eu fiz no Conselho Municipal de Segurança onde estou em representação do Partido Socialista. E ainda é sobre aquele problema dos reflectores do separador central do IC2, que não estão ainda colocados. Já lá vão

uns meses largos, tem falado ao telefone quer com a senhora Presidente quer com o senhor vereador, quer com a intervenção que eu fiz, e continua a estar tudo na mesma e acho que realmente é um perigo não haver aqueles reflectores naquele separador central do IC2, aqui pelo menos, no Concelho de Leiria.

Posto isto e porque hoje realmente estão a acontecer coisas muito diferentes, hoje é o dia das coisas diferentes, e eu tenho estado a estranhar que alguma coisa de invulgar se tem estado a passar. Fala-se primeiro e identifica-se depois, confunde-se a votação dos deputados de esquerda porque votam com a mão direita, dá-se as boas-vindas quando se está a entrar no último período da ordem de trabalhos, enfim, eu diria que algo de estranho, de diferente, se tem estado a passar hoje nesta Assembleia.

Ainda bem que houve realmente uma alteração na ordem de trabalhos, que me permitiu vir aqui no fim da ordem do dia, usar da palavra no período antes da ordem do dia.

Se assim não fosse, não poderia vir aqui congratular-me por ver, pela primeira vez, a Mesa da Assembleia Municipal dirigida só por mulheres. Mulheres que representam e felizmente cada uma o seu partido com assento nesta Assembleia e que em conjunto com a senhora Presidente, formam realmente um conjunto de mulheres de grande valor e tão capazes como os homens de grande valor que têm estado aqui ao longos dos anos. É a primeira vez que isto acontece nesta Assembleia e eu volto a repetir é histórico, é para guardar, é para reter, e dizer-vos que é do meu contentamento e do meu agrado.

Eu sou uma pessoa que me debato pela igualdade de género, pelos mesmos direitos das mulheres e dos homens, e realmente tenho sempre feito intervenções nesta Assembleia, lamentando o facto de haver tão pouca representação feminina no seio deste órgão. E portanto hoje sim, quero dizer que estou feliz, é pena ser tão efémero mas é uma realidade e dizer-vos a vocês mulheres de força, que o caminho se faz caminhando e que um dia chegará em que estaremos em igualdade com os homens nestas representações. Não quero ver só mulheres mas gostava de ver repartido por mulheres e por homens. Obrigada.

PRESIDENTE DA MESA EM EXERCÍCIO (FÁTIMA SISMEIRO)

Penso que esta Assembleia será inesquecível para todos, fará história.

Tema agora a palavra o senhor deputado Paulo Pedro, Presidente da Junta de Freguesia do Coimbrão.

DEPUTADO PAULO PEDRO (Presidente da Junta de Freguesia do Coimbrão)

Paulo Pedro, Presidente da Junta de Freguesia do Coimbrão, Partido Socialista.

Primeiro agradecer à senhora Presidente da Junta de Freguesia de Colmeias a recepção que nos fez, e depois subir mais uma vez a esta tribuna da Assembleia Municipal, para mostrar à senhora Presidente e aos senhores vereadores, à Câmara e aos colegas também, o agravamento que se tem feito sentir ultimamente da diferença das condições de vida dos cidadãos da Freguesia de Leiria e das Freguesias mais próximas de Leiria, daqueles que moram e habitam em Freguesias mais distantes.

Este agravamento das condições de vida tem sido muito acentuado nos últimos anos. Eu falava dos transportes públicos, felizmente e ainda bem Leiria hoje tem uma rede de transportes públicos que não tinha há alguns anos atrás, infelizmente isso não acontece nas freguesias mais afastadas. Já o disse várias vezes nesta Assembleia, tenho crianças para virem à escola a Leiria, têm que apanhar o autocarro às 06.50 da manhã e chegam depois à noite a casa às 19.30. Isto certamente não acontece em Leiria e nas Freguesias vizinhas.

Não temos vias de acesso em condições como tem a cidade e como têm as Freguesias vizinhas e ainda bem que as têm. Os estabelecimentos de ensino também estão mais localizados na periferia da cidade, até uma situação que poderíamos pensar que não iria acontecer, as actividades extracurriculares das escolas nas Freguesias mais afastadas como é o caso do Coimbrão mas não só, as nossas crianças não têm inglês desde o início do ano lectivo, e penso que isso não acontece com as escolas de Leiria e dos arredores. É muito triste que esta situação esteja a acontecer.

Neste entretanto, escasseiam claramente e há muitos anos as obras importantes, e agora eu vou falar especificamente na Freguesia que represento, a Freguesia do Coimbrão. O nosso Centro Educativo que é imprescindível para alterarmos completamente o ensino, que a Junta se esforça tanto, acreditem que neste momento o maior empenhamento que temos na Freguesia tem a ver com o Ensino, pré-primário e primário, fazemos um esforço violento para que as nossas crianças sejam acompanhadas o dia todo, há muitos anos que isso acontece,

para que tenham prolongamento de horário, para que tenham actividades extracurriculares.

O Centro de Saúde que é uma lástima, a praia do Pedrógão, a falta de obras na praia do Pedrógão, a falta de investimentos na praia do Pedrógão. É porventura a praia desde a Figueira da Foz se calhar até à Nazaré, que hoje tem mais mau aspecto e tem menos condições de vida. Nós, elementos da Junta de Freguesia, somos quase que maltratados com a situação da praia do Pedrógão, com a falta de investimentos que tem sido uma constante nestes últimos anos. Relativamente à praia do Pedrógão posso citar a implementação do Plano de Urbanização, a Requalificação da Marginal, a falta de estacionamento, uma série de coisas.

Ainda a estrada 109/9, não sendo da competência exclusiva da Câmara foi acordado ser a Câmara a fazer o projecto, e ao fim de catorze anos que se anda a elaborar um projecto para uma estrada, ainda não temos projecto para a estrada 109/9, estrada nacional.

Depois por fim, já se falou hoje aqui muito, a questão da revisão do PDM. Eu fiquei hoje apavorado senhor vereador. Fiquei apavorado com a afirmação de que não se imagina quando é que esta revisão tem fim. A Freguesia do Coimbrão era das piores Freguesias, das mais mal tratadas em termos de PDM, com manchas de Reserva Ecológica e Reserva Agrícola no seu interior, junto à igreja, junto ao aglomerado urbano, agora ainda por fim apareceu mais um decreto-lei, o decreto-lei 124/2006, que veio inviabilizar a construção nas zonas de expansão, e ainda por essa via ficámos mais mal tratados.

Senhor vereador, senhora Presidente!

Penso que é tempo de tomarmos medidas. Eu acho que a população do Concelho, não hesitará em acompanhar a Câmara em uma das acções que seja necessário tomar para que esta questão do PDM não continue a correr ao longo de tantos anos, basta lembrar que tivemos uma autorização especial para começar a revisão mais cedo do que seria normal. Entretanto já passou o prazo normal de revisão, seriam os dez anos, que era para começar, eventualmente já poderia estar finalizado, o facto é que neste espaço de tempo não conseguimos fazer rigorosamente nada.

Efectivamente a Freguesia teve uma grande obra, não a pedimos e não a queríamos, foi a ETAR Norte. Já tínhamos duas para a troca, já tínhamos a Freguesia com 98% com saneamento tratado, mas pronto, ganhámos essa obra.
Agora senhora Presidente, precisamos das outras obras. Essa trouxe-nos alguns transtornos e não era essa que desejávamos. Espero que, pelo menos para isso, possamos servir o Concelho e que alguém entenda que neste momento é altura de olhar para a frente e de fazer as obras que a Freguesia precisa. Se efectivamente Leiria ganhou muito com as obras do POLIS e com outras obras que têm sido feitas, Leiria cidade, as Freguesias mais distantes nem por isso. E pedia à Câmara Municipal que olhasse para esta situação como uma necessidade real de melhorar as condições de vida das populações, sobretudo das populações mais afastadas. Era só, obrigado.

PRESIDENTE DA MESA EM EXERCÍCIO (FÁTIMA SISMEIRO)
Muito obrigada senhor deputado.
Tem a palavra a senhora deputada Laura Esperança, Presidente da Junta de Freguesia de Leiria.

LAURA ESPERANÇA (Presidente da Junta de Freguesia de Leiria)
Boa noite!
Saudava todos os presentes. Não citei os senhores vereadores, nem a senhora Presidente, queria também cumprimentá-los. Uma saudação muito particular à Mesa e já agora, continuando a conversa da nossa querida deputada Isabel Gonçalves, da bancada do Partido Socialista, serve de introdução ao tema que vou apresentar e ainda há aqui mais uma efeméride hoje, eu penso que são sinais dos tempos.
É a primeira vez que eu vejo uma Mesa presidida por duas Presidentes de Junta, ou seja, nós somos vinte e nove membros eleitos por inerência, que são os Presidentes de Junta, são trinta eleitos, e na verdade serve perfeitamente de preâmbulo. Além disso uma delas, que é a Presidente, também fez questão de nos receber hoje e por isso, é nessa dupla qualidade, Presidente de Junta e colega de quem nos recebeu tão bem e que teve tanta preocupação em receber-nos, que me dirijo a todos os presentes, não citei os senhores vereadores mas de qualquer forma também queria cumprimentar.

O assunto que me traz aqui hoje, é um assunto que nós, Presidentes de Junta, consideramos muito importante, prende-se exactamente com o projecto da nova Lei Eleitoral.

Eu fiz um texto, que certamente é do conhecimento da maioria de vós, mas de qualquer forma eu passo a ler:

Moção

Apesar do preâmbulo da proposta de Lei, referir tal como passo a citar "actualizar o sistema eleitoral autárquico, representa um passo significativo para a modernização territorial autárquica e para a qualificação da democracia local", efectivamente a proposta de lei em apreciação, nada disto contempla, antes pelo contrário, pretende marginalizar os cidadãos que foram democraticamente eleitos e o poder autárquico de Freguesia.

Quando dizem por exemplo, que se trata de uma actualização, isso não é verdade, é, isso sim, uma manobra política "Na Óptica do Controlo Político pelos Partidos ao poder autárquico ".

Se o preâmbulo da Proposta de Lei dissesse tudo de forma clara e objectiva, então, percebia-se a razão e o objectivo da proposta de alteração!

O grande objectivo é retirar força ao que hoje é o Poder Local, nomeadamente às Freguesias. Esta é que é a verdadeira intenção, esta é que a verdade nua e crua, sem demagogia!

Por isso perguntamos, quando foi formalizado o tal acordo que contou com a participação do PSD e PS., quem é que representou as 4251 Freguesias de Portugal?

Ninguém!

Ninguém foi ouvido, ninguém consultado!

Por tudo isto consideramos que esta tomada de posição, não visa de modo algum, melhorar a democracia e respeitar as instituições no seu legitimo Exercício Político Partidário, contribui, isso sim, para acentuar o défice de tão propalada integração política!

A Lei em vigor e as anteriores, nunca puseram em causa a representatividade por inerência na Assembleia Municipal aos Presidentes de Junta. Agora, ao que tudo indica, o grande objectivo é condicionar essa representatividade.

Na nossa opinião, a presença dos Presidentes de Junta nas Assembleias Municipais, só faz sentido se for exercida em pleno, e não como é proposto.

Nós não admitimos que a nova Lei nos condicione, nós queremos isso sim, que ela nos ajude a desempenhar e dignificar o lugar para que fomos Eleitos democraticamente. Nós não queremos defraudar a memória da primeira República, apesar de reconhecermos ter chegado em muito mau estado, ao 25 de Abril de 1974.

Para os cidadãos que porventura estão um pouco arredados da realidade autárquica, importa explicar o seguinte: o projecto de lei em discussão, se for por aprovado tal como está, condiciona de forma brutal a intervenção política e a influência político partidária, precisamente o contrário do que os cidadãos quando votam, reclamam e exigem. Os cidadãos exigem pessoas com capacidade técnica e politica, com vontade de trabalhar e fazer obra, e que saibam gerir com rigor os destinos das Autarquias.

Srs. Membros da Assembleia, não vos parece estranho e descabido, o facto da lei permitir que possamos votar os Relatórios e Contas dos Municípios e não o que lhes dá origem; as Grandes Opções do Plano e Orçamento?!

Se a nova Lei, tal como foi apresentada não for alterada, a política e os políticos não se refrescam, a alternativa e as sensibilidades de opinião no Concelho vão perder força, acabando por ficar silenciadas.

Nós não somos nem queremos ser, após as próximas eleições, cidadãos de "segunda". Nós quando exercemos o nosso direito de voto na Assembleia Municipal, é com convicção, pensando nas nossas Freguesias e por isso, estamos à vontade para votar as Grandes Opções do Plano e Orçamento, numa perspectiva integrada e abrangente para o Concelho.

No nosso País, felizmente já existem muitos Municípios, que para além de cumprirem a lei, reconhecem e sabem valorizar o trabalho desenvolvido pelas Juntas de Freguesia, considerando-as uma importante mais-valia para o desenvolvimento dos respectivos Concelhos.

O nosso Concelho é o exemplo do que acabamos de citar, por isso podemos hoje dizer, que sentimos orgulho em partilhar essa politica e que fazemos parte do grupo de autarcas, a quem a Câmara delega competências. É com base em politicas abertas e participadas que o nosso país poderá crescer e desenvolver-se!

Srs. Membros da Assembleia, não tenham receio deixem que os Presidentes de Junta participar, nós sabemos fazer, somos lutadores e muitas vezes, como é

do vosso conhecimento, trabalhamos em condições que nenhum outro político em Portugal trabalha.

Como é do vosso conhecimento, nós constituímos e somos parte integrante de um governo de proximidade, nós estamos no terreno, nós estamos junto das populações que nos elegeram democraticamente. Os nossos orçamentos, apresentam rigor, o povo português considera-nos e reconhece o nosso trabalho. De acordo com sondagens recentes, depois do Sr. Presidente da República, os Portugueses consideram os Presidente de Junta, os políticos com mais credibilidade!

Assim, face ao exposto, convido os Presidentes de Junta e os restantes Membros da Assembleia Municipal, nomeadamente os que acreditam no trabalho desenvolvido pelos homens e mulheres que lideram os governos de proximidade, a votarem favoravelmente a nossa Moção.

Solicitamos que o Resultado desta votação seja enviada ao Ex.mo Sr. Presidente da Republica, Ex.mo. Sr. Presidente da Assembleia da Republica, Exmos. Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentareis e respectivos Lideres Partidários.

PRESIDENTE DA MESA EM EXERCÍCIO (FÁTIMA SISMEIRO)

Sobre este assunto alguém deseja intervir?

Faça favor senhor deputado António Sequeira.

DEPUTADO ANTÓNIO SEQUEIRA (PS)

António Sequeira, Partido Socialista.

Senhora Presidente da Câmara, Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Senhores Vereadores, minhas Senhoras e meus Senhores!

Realmente, para ser uma Assembleia *sui generis*, como esta tem sido, para mim a cereja em cima do bolo é efectivamente ter que ir numa sessão destas, realizada numa Junta de Freguesia, presidida por uma Presidente da Junta, tomar aqui uma atitude que se calhar vai ser mal compreendida pelos senhores Presidentes da Junta relativamente a esta moção.

Há muitos anos que tenho ideias claras em relação a este assunto. E digo-lhes até mais, já as tive mais radicais do que as tenho hoje, porque essa lei autárquica como sabem, refere-se a todos os órgãos autárquicos e não somente em relação às Juntas de Freguesia. Por exemplo, em relação à vereação das

Câmaras, eu tenho se calhar uma particularidade que talvez ninguém aqui tenha, alguns têm a aproximação mas talvez não tenham completamente como eu. É que, fui vereador de uma Câmara sempre da oposição mas num dos mandatos com pelouro, e no outro mandato sem pelouro. E se considero, embora me tenha dado um tremendo prazer e satisfação, a função de ter sido vereador do pelouro da Educação deste Concelho, reconheço que me defrontei muitas vezes, com a perversidade da minha situação de vereador, de querer fazer o melhor possível na área que me foi destinada, e às vezes sentir uma tremenda incompreensão da parte do meu próprio partido em relação àquilo que eu fazia, e isso de alguma maneira estar a ajudar, passo o termo e conforme já foi dito aqui hoje "o inimigo", ou seja, ao adversário político. Por outro lado nessa altura, o Presidente da Câmara de então, por outro lado no seu partido, talvez com algum hipotético êxito que eu tenha tido na minha missão e com algum receio, coisa que a mim próprio nunca me passou pela cabeça de vir a ser candidato pelo meu partido à Câmara Municipal, foi dito pelo Presidente da Câmara de então, que no seu partido também lhe criavam problemas e que lhe diziam muitas vezes "está a dar muitas facilidades àquele tipo, cuidado com ele". Isto só para mostrar a perversidade que havia realmente nesta situação.

Na outra situação, não há perversidade mas há frustração, há alguma frustração que se sente em se estar a pertencer a um executivo e efectivamente não ter competências específicas determinadas. Acontece até muita vez, alguém perguntar, quando dizemos que somos vereadores, qual é o pelouro, e quando nós respondemos que não é nenhum as pessoas ficam um pouco admiradas. Portanto, efectivamente há uma situação pouco agradável, daí que, repito, em termos da autarquia/Câmara Municipal, eu acho que tudo o que se vai tentar fazer agora para garantir sempre maiorias absolutas é no mínimo aquilo que se podia fazer e que se devia ter feito há muitos anos. Esta lei de agora vem talvez com trinta anos de atraso, e esta lei vem com estes anos todos de atraso porque os dois maiores partidos do nosso País, o PSD e o PS, andaram até há pouco tempo a ver quem é que ganhava e quem é que perdia com esta lei. E como tinham uma grande dificuldade em contabilizar quem ganhava e quem perdia, nos últimos momentos havia sempre um que vacilava e como sabem, isto é uma lei constitucional e que precisa de uma maioria qualificada para ser aprovada e não uma maioria simples.

Em relação aos senhores Presidentes da Junta, a minha posição radical antiga era que nem sequer deviam pertencer à Assembleia Municipal, e sabem bem a maioria dos que aqui estão e alguns ainda trabalharam comigo, o respeito e a consideração que eu tenho pelas pessoas e pelos cargos que desempenham, mas acho que não se deve misturar um órgão executivo com um órgão legislativo.

No entanto eu compreendo, e quando ouço intervenções como a de há pouco, do meu camarada Presidente de Junta do Coimbrão, e outras de outros partidos que eu tenho ouvido aqui, vejo que não devo ser tão radical, porque efectivamente este fórum faz-vos falta para pelo menos desabafarem, conforme ele desabafou há pouco em relação às frustrações que sente em relação à sua própria Freguesia, à qual ele dedica o melhor tempo da sua vida, com toda a certeza em detrimento da sua própria família. Portanto acho que talvez, este meio-termo que agora me parece estar aqui a configurar, seja talvez a posição correcta. E digo-vos mais senhores Presidentes de Junta, isto de não poderem votar o Plano e o Orçamento acho que é benéfico para vocês próprios, é uma lei que vos defende e que evita que se façam suspeições muitas vezes injustas, em relação à vossa actividade.

Eu tenho muita pena desta moção ter aparecido hoje inopinadamente. Já a li, aliás quero dizer que estou a defender aqui a minha posição pessoal, porque eu desconhecia e todos nós desconhecíamos que ela ia aparecer aqui hoje, e lamento, porque eu gostava de ter uma intervenção mais cuidada e especialmente mais comparada, em termos de lei autárquica. Já viram que eu tenho um bocado esse vício, de comparar com outros Países aquilo que se passa em Portugal. No entanto, eu fui sempre um curioso em relação a estes assuntos, e nalguns sítios por onde andei em funções autárquicas, tive sempre a curiosidade de saber como é que os municípios se governavam e lembro-me de dois casos. Um caso que eu penso que é um caso extremo, o Brasil, em que só é eleito o Presidente da Câmara leia-se o Prefeito, e que depois ele forma o seu Governo rigorosamente como acontece no nosso País em termos do Primeiro Ministro, é o único que é eleito e depois forma a sua equipa. Os vereadores curiosamente chamam-se os membros da Assembleia Municipal, que são políticos, que reúnem com uma frequência em função da dimensão da autarquia, claro que na cidade de S. Paulo reúnem todos os dias como a nossa Assembleia da República, e assim se faz política efectivamente aí.

Outro caso muito curioso e para terminar, é o caso de um País lusófono, que dadas as suas carências depois da independência, praticamente adoptou todas as leis portuguesas, mas a única que mudou foi a lei autárquica e estou a referir-me ao caso concreto de Cabo Verde. Portanto, vou votar contra a sua moção. Peço-lhe desculpa por isso, mas é esta a minha posição e não poderia ser outra. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA EM EXERCÍCIO (FÁTIMA SISMEIRO)

Muito obrigada senhor deputado.

Sobre este assunto mais alguém deseja intervir?

Tem a palavra o senhor deputado Manuel Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Azoia.

DEPUTADO MANUEL CARVALHO (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DA AZOIA)

Boa noite.

Manuel Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Azoia.

Cumprimento a excelentíssima Mesa, a senhora Presidente, os colegas deputados, a senhora Presidente da Câmara e os senhores vereadores, os cidadãos desta Freguesia.

Além de uma pequena intervenção que tenho para fazer sobre este tema, colocava primeiro à Mesa duas pequenas questões.

Aproveito o facto de vir aqui para utilizar e este era um dos pontos que eu queria referir, precisamente um título de uma obra cultural e histórica que foi publicada aqui na Freguesia de Colmeias, não conheço pessoalmente o autor, conheço-o apenas porque a obra me foi oferecida no final do ano passado, através de uma colega Presidente de Junta, a quem ele pediu para distribuir às Freguesias, e portanto queria agradecer publicamente ao autor desta obra, o senhor Silvino Ferreira e a obra chama-se “Colmeias sua gente e a sua história. Quero cumprimentar o autor, não sei se ele se encontra hoje aqui presente, a ele e a toda a população da Freguesia de Colmeias. Penso que este senhor prestou um bom serviço à Freguesia das Colmeias, ao Município de Leiria e à cultura de Portugal. Li o livro atentamente, gostei muito de o ler, como gosto de ler todos os livros que estão ligados à cultura local e regional, fiquei a saber mais coisas sobre a Freguesia das Colmeias, que de facto é uma Freguesia empreendedora,

que é uma Freguesia já com uma longa história, e hoje, precisamente por aqui vir, sinto que devo prestar ao autor e à população da Freguesia de Colmeias os meus agradecimentos, por me terem dado a possibilidade de conhecer melhor esta terra. Penso que em termos culturais estas obras tipo monografia que surgem nas Freguesias, deviam ser grandemente apoiadas pelas autarquias, pelos Municípios, porque são elas que irão contribuir para que as gerações futuras possam saber as raízes das terras onde nasceram. A maior parte da informação que existe nas freguesias rurais é informação oral, e todos sabemos que se não houver gente que se proponha e que se disponha a pesquisar essas informações orais e a traduzi-la em escrito, daqui a dez ou quinze anos, estarão irremediavelmente perdidas, porque as pessoas que hoje têm essa informação oral, daqui a algum tempo estarão incapacitadas de dar essa informação porque já cá não estarão, e é necessário atirar com a garrafa ao mar para que alguma coisa da cultura se salve. Mais uma vez os meus agradecimentos pelo livro.

Aproveito para falar também numa questão que já aqui foi falada mais do que uma vez, e pegando nas palavras do meu colega Presidente de Junta da Freguesia do Coimbrão, Paulo Pedro, também eu relativamente ao PDM me sinto apavorado como ele. Com as notícias que acabámos de receber, andávamos com alguma esperança que, ia sendo adiada dia após dia, a questão do PDM estaria praticamente resolvida. Pois não está nem saberemos quando vai estar e isto é mais grave do que aquilo que às vezes se julga, porque as Freguesias não se podem desenvolver com o PDM que existe em vigor. E não se podem desenvolver também porque para além disso nas Freguesias, o facto das próprias populações não poderem construir edifícios para habitação, as próprias empresas que estão instaladas, também não podem crescer, e também os empresários que as queriam instalar não o podem fazer mesmo que tivessem objectivos traçados a curti prazo para isso. E quero-vos dizer que a Freguesia de Azoia, ainda há quinze dias vinha no Jornal de Leiria, várias empresas que lá estão instaladas, já têm umas dezenas de trabalhadores lá a trabalhar, estão a ser notificadas para encerrarem de imediato a actividade, ou porque colocaram um pouco de tout-venant em Reserva Agrícola Nacional ou porque fizeram um muro de suporte de terras que não foi devidamente licenciado, ou porque fizeram um depósito (dentro de todas as normas que o Ministério do Ambiente exige para recolha de óleos) neste caso de oficinas auto, em zona de REN porque não podiam ser feitos

noutro lado, embora tecnicamente tenham sido efectuados correctamente não podem ser utilizados e as empresas estão a ser notificadas para encerrar. Custa-me a acreditar que para algumas coisas a celeridade seja imensa e que para a revisão do PDM se leve dez anos ou mais, ou seja, as queixas que foram efectuadas tiveram efeitos práticos de imediato, no espaço de um mês ou dois mandam encerrar as empresas, noutras coisas demoram décadas.

Relativamente à moção que está em apreciação, apresentada pela minha colega Laura Esperança, eu estou perfeitamente de acordo com ela. E estou de acordo precisamente também por aquilo que o colega Paulo Pedro aqui veio dizer, também sinto que as condições de vida das populações, das Freguesias mais pequenas (ele referiu que era das Freguesias mais distantes da cidade), eu acrescentava "e das mais pequenas", evidentemente que não têm tido o mesmo desenvolvimento que têm as Freguesias da cidade ou que têm as Freguesias, mas intervenção de meu colega Paulo Pedro levou-me a reflectir. E conhecendo-o eu como conheço e todos nós conhecemos as suas intervenções, aquando da discussão do Plano e Orçamento (eu por acaso não tenho usado muito da palavra nessas Assembleias para fazer intervenções nesse ponto) lembro-me que é um dos assuntos em que o deputado Paulo Pedro faz e bem, intervenções sobre esse ponto.

Agora eu questionei-me sobre o seguinte:

Se os Presidentes de Junta ficam impedidos de poder votar esses documentos, sabendo nós que os trinta elementos da Assembleia Municipal são na maioria, com todo o direito, da cidade e das Freguesias maiores, não sei se haverá aqui algum da Chainça ou do Coimbrão, da Azoia não há, se haverá algum da Carreira, enfim, das Freguesias mais pequenas e mais distantes, temo eu que seja aquela maioria de deputados a que vai ficar nas listas para a Assembleia Municipal e que vão ser eleitos, e por isso eu peço à Câmara Municipal que nessa altura tenha a sensibilidade suficiente para ter sempre presente as Freguesias mais pequenas e mais distantes, porque evidentemente que esses deputados eleitos não o fazem propositadamente mas obviamente como não residem nessas Freguesias e não estão muito ligados a esses lugares, naturalmente que esquecerão mais essas Freguesias do que a Freguesia dos Marrazes ou da Freguesia de Leiria ou do que as Freguesias donde eles pertencem. Temo isso e temo precisamente que fiquem as freguesias sem o grande defensor delas que é

sempre o Presidente da Junta e que é o único nas Assembleias Municipais que tem direito a falar sobre elas.

Portanto temo que isto venha a acontecer e temo que cada vez mais aquilo que o meu colega Paulo Pedro disse que está a sentir, o agravamento das condições de vida das Freguesias mais pequenas comparativamente com as maiores, se venha a verificar no futuro por falta de acompanhamento e se agrave mais, se esta lei vier a ser aprovada.

Neste sentido estou completamente de acordo com a presente Moção, e relativamente à intervenção do senhor deputado Sequeira digo-lhe mais, se tiver que optar preferencialmente, gostaria mais da posição que o senhor tinha há uns anos quando era uma posição mais radical. Se retirarem o direito ao voto aos Presidentes de Junta que os retirem de toda a Assembleia, porque se for só para vir aqui desabafar evitamos de nos deslocar para tão longe, podemos fazê-lo lá na Freguesia. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA EM EXERCÍCIO (FÁTIMA SISMEIRO)

Muito obrigada senhor deputado.

Sobre este assunto mais alguém deseja intervir?

A autora da moção pede para usar da palavra, faça favor.

LAURA ESPERANÇA (Presidente da Junta de Freguesia de Leiria)

Laura Esperança, Presidente da Junta de Freguesia de Leiria.

Agora gostava de intervir na qualidade de coordenadora distrital de Leiria, da Associação Nacional de Freguesias.

Eu tenho pelo senhor deputado Sequeira uma particular admiração pelo autarca que tem sido, e enfim com os meus verdes anos tenho observado. E tenho a convicção que o senhor na verdade, é um homem sério e o que disse é com convicção e agradeço-lhe por isso.

No entanto, queria dizer-lhe que os Presidentes de Junta são pessoas livres e que não ficam mais livres numa Assembleia Municipal, se não estiverem lá com plenos poderes. E também queria dizer-lhe, que em termos de comparação aqui não se pode aplicar, porque como sabe e podíamos aqui ter uma discussão

enfim, talvez pudéssemos até falar noutro âmbito, mas este modelo de Juntas de Freguesia é só em Portugal, há algumas semelhanças com outros Países e portanto também não é essa comparação.

Eu tenho a certeza que se o senhor fosse Presidente de Junta de Freguesia hoje, se estivesse como nós, Presidentes de Junta, com plenos poderes nestas assembleias que certamente também e penso que não haverá nenhum Presidente de Junta de Portugal que vote no que respeita à alteração da questão dos Presidentes de Junta não ficarem com plenos poderes com têm até agora, não há e creia que aqui lhe posso dizer com toda a certeza, não haverá um único Presidente de Junta de Freguesia que concorde com esta alteração e que vote a favor da lei como está. E vai ver na votação o que vai acontecer.

Se fosse Presidente de Junta hoje votava como nós, contra esta alteração que nos retira plenos poderes e que faz de nós eleitos mas de segunda. Nós somos Presidentes de Junta de Freguesia, com plenos poderes para podermos votar aquilo que nos interessa, que efectivamente é o nosso Concelho, aliás, como eu disse no texto da minha Moção.

Agradeço também com todo o respeito. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA EM EXERCÍCIO (FÁTIMA SISMEIRO)

Muito obrigada senhora deputada. Julgo que temos mais intervenções sobre este assunto, e tem agora a palavra o senhor deputado Pedro Biscaia.

DEPUTADO PEDRO BISCAIA (PS)

Pedro Biscaia, eleito pelo Partido Socialista.

Vou tentar ser breve, até por respeito à transcrição da acta e ao trabalho da Teresa Pinto, que já agora aproveito para ressaltar aqui nesta Assembleia.

Duas questões:

Há aqui uma confusão de conceitos. Isto é um órgão representativo, um órgão democrático representativo. Os senhores Presidentes de Junta não foram eleitos para a Assembleia Municipal. Os senhores Presidentes de Junta foram e muito bem eleitos como representantes das suas populações, isso é um órgão executivo. A sua presença neste fórum é não só necessária como indispensável, a sensibilidade das Freguesias deve ser trazida aqui.

Agora não se confundam os papéis, pode haver aqui perversão da representatividade, porque razão a deputada Sofia, dos Marrazes, vale um voto

nesta Assembleia e por exemplo o deputado Manuel Carvalho da Azoia vale o mesmo voto, quando representam um número de pessoas completamente diferente? Eu ou outro colega deputado do PSD ou do CDS/PP somos representantes, somos eleitos numa lista de todo o Concelho, e portanto é pela lei de Hondt que isso se verifica, ou seja, a representatividade e a legitimidade democrática está lá feita nas contas. Em relação aos senhores Presidentes de Junta não é isso que se passa, mas atenção, sempre com o máximo de respeito e de interesse na sua participação.

Portanto, obviamente vou votar contra a Moção apresentada pela deputada Laura Esperança, não só pelo seu teor mas porque acho que há alguns conceitos que lá estão implícitos, que no meu ponto de vista, e com todo o respeito, acho que são mistificadores.

PRESIDENTE DA MESA EM EXERCÍCIO (FÁTIMA SISMEIRO)

Deseja usar da palavra ainda sobre este assunto senhor deputado João Cunha? Faça favor!

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha, PSD.

Ora bem, sobre esta matéria eu gostava de dizer aqui só duas palavrinha muito rápidas.

A questão fundamental aqui é que este assunto, e conforme os contributos que já foram aqui dados para o debate o demonstram, não é um assunto que deva ser abordado da forma leviana como foi apresentado na Assembleia da República. Ou seja, isto obriga a um pensamento do edifício jurídico-constitucional que sustenta digamos assim, a afirmação do poder local democrático. E essa questão merece no meu entender, uma profundidade muito mais significativa do que neste momento está a acontecer, e portanto, a alteração que possa vir a ser apresentada na Assembleia da República só em relação a este particular, parece-me neste momento estar a abrir a caixa de Pandora de um certo desequilíbrio que existia até agora e até ao momento presente, e que as instituições iam funcionando.

Portanto, eu não concordo com os pressupostos digamos assim, que estão subjacentes à proposta da deputada Laura, neste sentido de que estamos aqui a

qualificar parcialmente uma realidade, ou seja, eu entendo que o debate deve ser mais alargado e mais profundo para podermos valorar as coisas como deve ser.
Agora, o que eu acho é que efectivamente nesta altura estar a colocar "coxo" digamos assim o problema, parece-me ser então muito mais desavisado (desculpem-me a expressão) e eu acho que é de manter neste momento o actual estado de coisas, com a presença dos senhores Presidentes de Junta aqui, com direito de voto, a poder votar o Orçamento, até se fazer efectivamente o reequacionar de todo o edifício jurídico-constitucional que sobre este ponto de vista está subjacente.
Esta é a minha posição e portanto, neste particular vou-me abster da votação.

PRESIDENTE DA MESA EM EXERCÍCIO (FÁTIMA SISMEIRO)
Muito obrigada.
Ainda sobre este assunto tem agora a palavra a senhora deputada Sofia Carreira, Presidente da Junta de Freguesia de Marrazes.

DEPUTADA SOFIA CARREIRA (Presidente da Junta de Freguesia de Marrazes)
Boa noite.
Aproveito a oportunidade para cumprimentar todos os presentes em particular na pessoa da senhora Presidente da Junta de Colmeias, cumprimentar todos os colegas e público presente.
Eu não tinha a intenção de intervir, mas depois de algumas intervenções achei que era importante também dar a minha reflexão a esta questão.
Sou Presidente da Junta de Freguesia de Marrazes, a maior Freguesia do Concelho, tenho sensivelmente dezassete mil eleitores, sensivelmente vinte e cinco mil habitantes, o que significa que a minha Freguesia é maior que o Município de Óbidos, Município da Batalha entre outros, muitos provavelmente excepto dois creio, menores que a minha Freguesia. E considero, e lamento, confesso, na qualidade de Presidente de Junta, fico alguma desiludida com algumas das observações feitas aqui hoje, porque o Presidente de Junta, quando

é escolhido pelos seus partidos ou convidado a ser candidato, foi convidado com uma premissa de que por inerência integrava uma Assembleia Municipal, e que lhe era facultado o direito de votar tal e qual como qualquer outro membro que integrou a lista da Assembleia Municipal. Não é no circuito que as coisas devem ser alteradas, mas a verdade é que os Presidentes de Junta dão jeito para algumas coisas e para outras até nem por isso, porque quando se anda em campanha eleitoral, se estamos a dar a cara por um partido é porque esse partido acompanha-nos nessa campanha, ajuda-nos nessa conquista e nas nossas dificuldades. E acho que muito se tem falado em solidariedade e quando é precisa essa solidariedade, ela não existe. Não percebo aonde é que está o receio em continuar a permitir o direito pleno de votar os pontos todos nas assembleias municipais! Não percebo aonde é que está esse complexo.

Se se fizesse uma reflexão mais profunda das Freguesias, também era importante fazer-se porque de facto essa representatividade é muito interessante, uma Freguesia como a de Marrazes, depois também a nível de direitos e de verbas, etc., não recebe, e a nível de técnicos não tem possibilidade de fazer um trabalho com mais apoio do que aquele que faz. Esse trabalho não está a ser feito, essa reflexão não está a ser feita, e eu penso que devia fazer-se. Provavelmente alguns membros da Assembleia Municipal nunca foram candidatos a Juntas de Freguesia e alguns não sabem, porque uma coisa é o conceito e o conhecimento teórico e outra coisa é o conhecimento de quem está todos os dias a ter que dar a cara e a ultrapassar problemas que para alguns são menores, mas que para as populações são gravíssimos, e é o Presidente de Junta que lá está a dar a cara pelos partidos políticos e a dar a cara por n factores, para o qual obviamente se candidatou e quando se candidatou tinha plenos direitos. Portanto não sei porque razão não se deve continuar a apoiar os Presidentes de Junta e portanto eu vou votar a moção que a minha colega apresentou e peço a solidariedade da Assembleia Municipal nessa questão. Muito obrigada.

PRESIDENTE DA MESA EM EXERCÍCIO (FÁTIMA SISMEIRO)

Mais alguém deseja intervir sobre este assunto.

DEPUTADO JOSÉ SOARES (PSD)

Boa noite.

José Soares, PSD.

Quero primeiro cumprimentar todos os presentes, e queria-vos dizer que graças a Deus já não sou Presidente de Junta. Mas como fui durante alguns anos, não me sentiria bem se não dissesse aqui algumas palavras acerca desta questão.
E gostaria de pedir aos responsáveis políticos e aos senhores deputados, e a quem está tão preocupado com esta matéria, que façam o trabalho completo. Não façam só metade do trabalho ou às fracções, porque se os Presidentes de Junta realmente na Assembleia vêm apenas ocupar tempo, então tirem-nos daqui. Qual é a categoria que estão a dar a um Presidente de Junta? Sim senhor por inerência é membro da Assembleia Municipal mas às vezes até incomodam e ajudam a passar o orçamento, vamos pôr o dedo no nariz, para isso já não votam! Mas podem votar nos outros assuntos todos, só naquela é que não! Que mal é que os Presidentes de Junta fizeram nesse aspecto?
O que é que vão fazer quando chegar a altura da votação do Orçamento? Das duas uma, ou dizem aos Presidentes de Junta para saírem ou para meterem as mãos no bolso porque não podem levantar as mãos. Então mas isto é uma lei com algum jeito? Ou os Presidentes de Junta são membros da Assembleia a tempo inteiro e participam em todas as reuniões e em todas as votações, ou então excluam-nos! Façam uma lei mas uma lei clara. Agora assim não tem jeito nenhum. Foi preciso trinta e tal anos para descobrirem que os desgraçados dos Presidentes de Junta estão a mais quando é a votação do Orçamento? Francamente!
Termino dizendo como disse no início, graças a Deus já não sou Presidente de Junta porque se não, não sei qual seria a minha atitude. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA EM EXERCÍCIO (FÁTIMA SISMEIRO)
Senhores deputados, temos que encerra aqui a discussão deste assunto e vou pôr a moção à votação!
Quem vota contra?
Quem se abstém?
Quem vota a favor?
A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria, com 25 votos a favor, 19 contra e 5 abstenções, aprovar a moção apresentada pela senhora Presidente da Junta de Freguesia de Leiria.

Tem a palavra o senhor deputado José Manuel Silva para fazer uma declaração de voto.

DEPUTADO JOSÉ MANUEL SILVA (PS)

José Manuel Silva, Partido Socialista.

Eu queria fazer uma declaração de voto porque votei contra a moção. E não quis intervir antes, porque achei que a reunião tinha corrido tão bem e tão agradavelmente, estava a tomar um rumo completamente diferente daquele que me parece aconselhável nesta matéria.

Não estava agendado para esta Assembleia Municipal, a discussão da Lei Eleitoral. O que não estava agendado e que foi aqui colocado, com toda a legitimidade da senhora Presidente da Junta de Leiria, foi uma moção, os termos da moção, nomeadamente o fundamento da moção, no que diz respeito à forma como estava formulado o problema, era a meu ver inaceitável.

Eu votei contra a moção não votei contra o princípio, porque não era isso que estava aqui em causa. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA EM EXERCÍCIO (FÁTIMA SISMEIRO)

Tem agora a palavra o deputado João Cunha.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha, PSD.

A minha intervenção era para ter sido feita no período que antecede o período “antes da ordem do dia”, e quero abordar aqui apenas duas questões muito rápidas.

A primeira é para saudar o novo Governador Civil de Leiria, por ter assumido funções muito recentemente, trata-se naturalmente de um processo que tem a ver com a governabilidade do Distrito, são naturalmente pessoas que têm reconhecida competência cívica, técnica e política e trata-se portanto de um processo de substituição, derivado do facto de o anterior Governador Civil ter assumido funções governativas a nível nacional.

Portanto saúdo quer o Governador Civil cessante, quer o Governador Civil entrante.

Mas não posso deixar de registar aqui um sublinhado, pelo facto de mais uma vez se estar a verificar aqui uma situação que já se verificou anteriormente, que é a nomeação para o seu gabinete, do Presidente da Federação Distrital do Partido Socialista, o que estranhamente poderá ser interpretado ou não, o tempo o dirá, que se estará aqui a constituir uma comissão pré-eleitoral para as eleições de 2009.

Esperemos que esta presença do Presidente da Federação Distrital do Partido Socialista no âmbito do Governo Civil, não seja exactamente um processo de instrumentalização política de um órgão administrativo para entrarmos numa época de campanha eleitoral. Isto é um problema que deve ser sublinhado porque, já no passado, se verificaram alguns traços nesse sentido.

O segundo ponto que eu também queria sublinhar, tem a ver e eu pedia à D. Teresa Pinto que se pudesse distribuir aos deputados presentes e à excelentíssima Mesa, um documento que foi distribuído por várias Freguesias e cito nomeadamente, a Freguesia de Santa Catarina da Serra, nas instalações do Clube União Desportiva da Serra, que é um documento anónimo, apócrifo, não datado, e que se intitula "O Escândalo do Orçamento da Câmara de Leiria para 2008", e que contém no meu entender, matéria inaceitável e que viola completamente o respeito e a consideração que deve ser dada aos órgãos de decisão política do Concelho, nomeadamente a esta Assembleia Municipal.

Eu, moralmente, não posso deixar de trazer aqui a esta Assembleia esta questão. Pessoas que a coberto do anonimato, de forma covarde são incapazes de exprimir nos lugares adequados as suas posições, são pessoas que fantasmagoricamente andam por aí a coberto do nevoeiro provavelmente, a distribuir este tipo de documentos, e que são incapazes de democraticamente exercer o livre e disponível direito à sua opinião. E isto é, em termos democráticos, um péssimo sinal e eu convido-vos a uma reflexão sobre esta matéria.

Apresento-vos uma moção, para poder ser votada e que passarei a ler de imediato:

Moção

Tendo sido posto a circular anonimamente, nalgumas Freguesias do Concelho, após a realização da última Assembleia Municipal de Leiria, um panfleto não assinado e/ou datado, cujo conteúdo desrespeita acintosamente, as

competências políticas legais e jurídicas da Assembleia Municipal, nomeadamente quanto à aprovação do Orçamento Municipal, bem como quanto à liberdade de voto dos seus membros, vem a Assembleia Municipal de Leiria, reunida em Colmeias em 28 de Fevereiro de 2008:

- Repudiar o anonimato do documento;

- Denunciar a clandestinidade da sua distribuição;

- Verberar o desrespeito a um órgão fundamental do Poder Local democrático, como é o caso da Assembleia Municipal;

- Rejeitar toda e qualquer forma de pressão ou coacção directa ou indirecta sobre os Deputados Municipais no livre exercício das suas funções;

- Desafiar o (s) seu (s) autor (s) a assumirem-se e a expor as suas opiniões nos locais próprios e da forma adequada que o sistema jurídico-constitucional democrático contempla.

Entrego à Mesa esta moção para que possa ser submetida à votação. Obrigado

PRESIDENTE DA MESA EM EXERCÍCIO (FÁTIMA SISMEIRO)

Sobre este assunto alguém deseja intervir?

Tem a palavra o deputado Luís Pinto.

DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)

Luís Pinto, Partido Socialista.

A minha intervenção vai versar rapidamente sobre vários pontos, mas aproveitava também e sugeria ao senhor deputado João Cunha, que retirasse essa sua proposta. Aquilo que sempre aprendi é que documentos não assinados e não identificados não devem merecer credibilidade. Eu por exemplo não conhecia o documento e fiquei a conhecer, provavelmente com o seu acto senhor deputado, não vai mais do que contribuir para que este tipo de ideias e para que o autor, veja o documento muito mais profusamente conhecido e no fundo vai acabar por dar muito mais publicidade a uma situação que não deve acontecer e portanto, acho que não faz muito sentido. Sinceramente comecei a lei o documento e nem acabei de o ler, acho que estas coisas devem ser mesmo assim.

Dizer-lhe que de facto, na sua intervenção também, referiu-se à situação da composição do Governo Civil, que já vinha de trás alguma politização em relação ao facto do Presidente da Federação de um partido político estar ou não no Governo Civil. Se nós olharmos efectivamente para trás, nos Governos sobretudo dos dois partidos que intercalam no poder, quer PS quer PSD, aconteceu o mesmo no tempo do PSD também.

Mas eu acho que era bom que nós, que fazemos política activa, tivéssemos intervenções diferentes e mais pedagógicas porque não vem mal ao mundo, o Presidente do Partido Socialista é Primeiro Ministro, e não vem mal ao mundo que as pessoas que assumem responsabilidades políticas nos partidos possam ocupar cargos que também eles sejam políticos. E portanto, isso deveria ser encarado com naturalidade porque muitas vezes, umas com razão outras sem razão, a população já tem uma ideia sobre os políticos tão negativa, que não faz sentido que sejamos nós neste tipo de palcos, a fazer publicidade dentro da mesma forma, porque as pessoas que exercem cargos nos partidos não são nenhuns papões, não são cidadãos com defeitos superiores às outras pessoas para que não possam ocupar determinado tipo de posições. Era apenas um ponto de ordem.

Eu queria fazer um apelo à senhora Presidente. Isto vem no seguimento da intervenção do Presidente da Junta de Freguesia do Coimbrão, deputado Paulo Pedro, e é uma intervenção recorrente da dele, e convenhamos que tem razão.

A Freguesia do Coimbrão e já não vou recuar porque não faz sentido que recuemos a anteriores mandatos, mas nomeadamente desde que a senhora Presidente preside ao Município de Leiria, de facto a Freguesia do Coimbrão tem tido sucessivamente baixíssimos orçamentos e tem sido efectivamente uma Freguesia muito castigada, por pertencer ao Partido Socialista, estando sempre abaixo e isto até contraria em absoluto aquele argumento que há pouco o Presidente da Junta de Azoia falava.

É que, o facto do Presidente da Junta de Freguesia do Coimbrão ser daqueles que mais intervém nas Assembleias, politicamente e sobre assuntos que dizem respeito à sua Freguesia mas não só, e de normalmente votar contra os documentos, parece que depois é castigado por isso. Independentemente deste tipo de considerações, há factos, são números. De facto, a Freguesia do Coimbrão quer a consideremos enquanto número de habitantes, etc., tem estado

sempre abaixo. E eu pedia à senhora Presidente, que está a finalizar mais um mandato, que efectivamente no Orçamento do próximo ano e no decorrer deste ano, o Coimbrão pudesse ter outra atenção, faz todo o sentido que esta impressão que eu falava não se confirme e que nós possamos ver uma atenção da Câmara Municipal de Leiria.

Queria que ficasse em acta, que a bancada do Partido Socialista e isto era um pedido à Mesa, que a confirmar-se a notícia no jornal e o assunto já hoje aqui foi trazido, de que o Prof. Paulo Rabaça de facto está a trabalhar neste momento no Grupo Construtora do Lena, que seria importante na comunicação que foi feita ao Ministério Público, que essa informação se fizesse constar. Era importante no processo da anterior deliberação da Assembleia Municipal, que de facto se acrescentasse àquele relatório que a Assembleia Municipal aprovou, que de facto o Prof. Paulo Rabaça neste momento está a exercer funções naquele grupo empresarial, parece-nos que seria relevante.

Para terminar, uma nota em relação àquilo que se passou há mais ou menos um ano atrás, e tem a ver com os exames nacionais e com o facto de no ano passado ter calhado a Leiria no nosso feriado municipal. Este ano é o Município de Fafe, a cidade que calhou, por ter feriado municipal à data dos exames nacionais, de facto não se vislumbra forma de e encontrar um dia onde não haja feriados municipais e por outro lado que os exames não deixem de ser nacionais, estaria à espera que o grupo do PSD, nomeadamente o deputado João Cunha que hoje propusesse aqui um voto de solidariedade a Fafe, não aconteceu, olhando para as argumentações e para o conteúdo e para a acta dessa Assembleia, e sobretudo para o tipo de palavreado e toda a adjectivação que foi feita, afinal não era nenhum atentado contra Leiria e não era nenhuma perseguição e como vê, este ano não foi Leiria a cidade escolhida. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA EM EXERCÍCIO (FÁTIMA SISMEIRO)

Senhor deputado João Cunha mantém esta moção, mas fui alertada que neste momento não temos quórum para poder validar a votação e portanto a moção terá que ser retirada.

Como não há quórum, também não podemos continuar esta sessão, pelo que, dou por terminados os trabalhos. Boa noite!

❖

ENCERRAMENTO

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pela senhora Presidente da Mesa em exercício, encerrada a sessão eram 00.20 horas, mandando que de tudo para constar, se transcrevesse o seu teor para a presente acta, que eu, Teresa Paula Ribeiro dos Santos Pinto, Assistente Administrativa Especialista, transcrevi e subscrevo. ----------

APROVAÇÃO DA ACTA

De acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 92º, da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal na sessão de ordinária de 29 de Abril de 2008, deliberou por maioria, três abstenções aprovar a acta. ----------

Leiria, aos 29 dias do mês de Abril do ano de dois mil e oito. ----------

O Presidente da Mesa em exercício,

Maria de Fátima Sismeiro

A Assistente Administrativa Especialista

Teresa Paula Pinto